

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 063/2024
Data: 23/07/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
GOVERNO FEDERAL NÃO REVELA SE CORTES NO ORÇAMENTO AFETARÃO O PORTO DE SANTOS	4
FISCAIS REJEITAM PROPOSTA DO GOVERNO FEDERAL E FARÃO PARALISAÇÃO GERAL	5
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	6
COM VITÓRIA CONTRA A UNIÃO, PREFEITURA DO RECIFE DEVE RECEBER R\$ 170 MILHÕES	6
EM PARCERIA COM A AUREN, ATÉ A VIVO VENDE ENERGIA NO MERCADO LIVRE.....	7
SERGIPE INAUGURA NOVO GASODUTO QUE LIGA TERMINAL DE GNL DA ENEVA À MALHA DA TAG.....	9
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	10
DIRETORES PARTICIPAM DE EVENTO DO SETOR E REFORÇAM BENEFÍCIOS DAS HIDROVIAS	10
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	11
NO PRIMEIRO SEMESTRE, FORAM MOVIMENTADOS 56,2 MILHÕES DE PASSAGEIROS NOS AEROPORTOS BRASILEIROS	11
GOVERNO FEDERAL PRIORIZA PROJETOS DE HIDROVIAS E ANUNCIA ESTUDOS PARA CONCESSÕES	13
DE OLHO EM NOVO RECORDE, AEROPORTO DE PALMAS INAUGURA OBRAS DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO	13
BE NEWS – BRASIL EXPORT	15
EDITORIAL – HIDROVIAS: O FUTURO DA LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL NO BRASIL	15
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	16
<i>Bahia-Ásia 1</i>	16
<i>Bahia-Ásia 2</i>	16
<i>Recorde em Santos 1</i>	16
<i>Recorde em Santos 2</i>	16
<i>Novo senador 1</i>	16
<i>Novo senador 2</i>	16
NACIONAL - COM INVESTIMENTO DE R\$ 36 MILHÕES, OBRAS NO AEROPORTO DE PALMAS SÃO CONCLUÍDAS	17
NACIONAL - GOVERNO CONFIRMA CORTE DE R\$ 15 BI NO ORÇAMENTO.....	18
SEM CATEGORIA - RN ASSEGURA RECURSOS PARA DRAGAGEM DO RIO POTENGI E DEFENSAS DA PONTE.....	19
REGIÃO NORDESTE - EMPRESA ESTUDA EXPORTAR MINÉRIO DE FERRO PELO PORTO DE LUÍS CORREIA	19
INTERNACIONAL - CMA CGM E GOOGLE SELAM PARCERIA PARA IMPLEMENTAR IA EM OPERAÇÕES.....	20
NORTE EXPORT - MINISTRO APOSTA EM HIDROVIAS PARA DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO	21
NORTE EXPORT - IBAMA ESTIMA CONCLUSÃO DE LICENÇAS DO PEDRAL DO LOURENÇO PARA ESTE ANO	22
NORTE EXPORT - CEO DO BRASIL EXPORT PEDE DESBUROCRATIZAÇÃO PARA PROJETOS NO NORTE	23
NORTE EXPORT - SECRETÁRIO AFIRMA QUE GOVERNO INVESTIRÁ R\$ 1 BI EM AEROPORTOS DO NORTE	24
NORTE EXPORT - DINO BATISTA PREVÊ QUE LICITAÇÃO DO RIO MADEIRA SAIA NO INÍCIO DE 2025.....	25
REGIÃO NORTE TERÇA-FEIRA, 23 DE JULHO DE 2024 COMITIVA FAZ VISITA A TERMINAIS DA VLI E DA GRANEL QUÍMICA	26
REGIÃO NORTE - INFRAJUR DEBATE IMPORTÂNCIA DA CONCILIAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL EM PROJETOS DE INFRAESTRUTURA.....	26
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	28
BIODIESEL: A SOLUÇÃO EFETIVA PARA A DESCARBONIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE CARGA NO BRASIL	28
UNIÃO EUROPEIA FORMALIZA DOAÇÃO DE 20 MILHÕES DE EUROS PARA O FUNDO AMAZÔNIA	32
NATURGY APRESENTA PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DAS CONCESSÕES DE GÁS NO RIO.....	33
SERVIDORES DE AGÊNCIAS REJEITAM PROPOSTA DO GOVERNO E MARCAM PARALISAÇÃO PARA 31 DE JULHO	34
JORNAL O GLOBO – RJ.....	35
GOVERNO PRECISA DEFINIR PROJEÇÕES DE RECEITAS PARA 2025 ATÉ SEXTA PARA NÃO ATRASAR O ORÇAMENTO	35
META FISCAL PARA 2024 TEM MAIS CHANCES DE SER CUMPRIDA DO QUE 'SE ESPERAVA HÁ SEIS, SETE MESES', DIZ SECRETÁRIO DO TESOURO	36
BRASIL PODE LIDERAR PROJETOS DE PRESERVAÇÃO DE FLORESTAS NO MUNDO, COM ARCO DA RESTAURAÇÃO NA AMAZÔNIA, DIZ BNDES.....	37
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PLANEJA INVESTIR R\$ 18 BI EM 2024, APESAR DE CONGELAMENTO DE RECURSOS	40
"NÃO FALTOU OUSADIA PARA PRIVATIZAR A SABESP", DIZ TARCÍSIO DE FREITAS DURANTE CERIMÔNIA NA B3	41
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	43
PETROBRAS VOLTARÁ A PRODUIR FERTILIZANTES, MAS ENFRENTA DESAFIOS COM FÁBRICAS ANTIGAS E GÁS NATURAL.....	43
PESQUISADORES PROPÕEM DOAÇÃO DE US\$ 1 POR BARRIL DE PETRÓLEO PRODUZIDO PARA MANUTENÇÃO DE.....	46
EMBRAER FIRMA ACORDO COM HOLANDA E ÁUSTRIA PARA VENDER NOVE AERONAVES MILITARES C-390 MILLENNIUM	47



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 063/2024
Página 3 de 61
Data: 23/07/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

‘SABESP AGORA ESTÁ LIVRE PARA VOAR MAIS ALTO’, DIZ TARCÍSIO DE FREITAS	48
BRASIL PRECISA DE TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA PARA DISSEMINAR INOVAÇÃO, DIZ ECONOMISTA-CHEFE DA FIESP.....	49
SABESP ANUNCIA REDUÇÃO DE TARIFAS APÓS FINALIZAR PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO.....	50
‘SABESP AGORA ESTÁ LIVRE PARA VOAR MAIS ALTO’, DIZ TARCÍSIO DE FREITAS	51
VALOR ECONÔMICO (SP).....	52
G20 CHEGA A ACORDO SOBRE COMBATE À DESIGUALDADE	52
SERVIDORES DE AGÊNCIAS REGULADORAS RECUSAM PROPOSTA DO GOVERNO E ANUNCIAM GREVE POR 48 HORAS	53
BRASIL QUER COORDENAR FINANCIAMENTO INTERNACIONAL PARA COMBATER DESIGUALDADES, DIZ MAURO VIEIRA.....	54
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	55
MPOR PROJETA PARA 2025 CONCESSÃO DO MADEIRA E DERROCAMENTO DO PEDRAL DO LOURENÇO	55
RETOMADA DA INDÚSTRIA NAVAL É TEMA DA NAVALSHORE 2024.....	56
PPG VAI APRESENTAR INOVAÇÕES SUSTENTÁVEIS NA NAVALSHORE 2024.....	58
HIDROVIA DO RIO TOCANTINS AVANÇA COMO PRIORIDADE NACIONAL DE LOGÍSTICA E SUSTENTABILIDADE	59
CAMORIM ANUNCIA NOVO CONTRATO COM PETROBRAS PARA OPERAÇÃO DE EMBARCAÇÃO DE HOTEL FLUTUANTE EM CONSÓRCIO COM GRANENERGIA.....	59
NOVO NAVIO LOG-IN 'EXPERIENCE' CHEGA AO BRASIL PARA REFORÇAR A FROTA DA EMPRESA	60
KOMEA SE TORNA A NOVA ASSOCIADA DA ABEEMAR.....	60
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	61
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	61



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

GOVERNO FEDERAL NÃO REVELA SE CORTES NO ORÇAMENTO AFETARÃO O PORTO DE SANTOS

Detalhamento dos congelamentos em cada ministério constará em um decreto presidencial
Por ATribuna.com.br



Túnel submerso que será construído entre Santos e Guarujá é a principal obra do PAC na Baixada Santista (Vanessa Rodrigues/AT)

O Governo Federal não revelou nesta segunda (22) se o congelamento de R\$ 15 bilhões do Orçamento deste ano vai afetar obras estruturantes no Porto de Santos. A principal delas é o túnel submerso Santos-Guarujá, contemplado no Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

O detalhamento dos cortes em cada ministério constará em um decreto presidencial que será publicado no Diário Oficial da União (DOU) até a próxima terça-feira (30), afirma o Governo. A partir daí, as pastas terão cinco dias úteis para decidir onde vão cortar.

A Reportagem entrou em contato com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) para confirmar se poderia haver atrasos no cronograma da ligação seca Santos-Guarujá e das demais obras contempladas no Novo PAC para o Porto de Santos, mas não houve retorno da pasta até o fechamento desta edição.

A Autoridade Portuária de Santos (APS) também não se manifestou.

Túnel

Conforme o cronograma do túnel imerso, estão programados uma audiência pública sobre licença ambiental em agosto, a emissão do licenciamento ambiental em novembro e o início da concessão e das obras em 2025.

A ligação seca entre as duas cidades da Baixada Santista é a principal obra de infraestrutura contemplada no novo PAC. O empreendimento está orçado em R\$ 6 bilhões que serão custeados pela União e pelo Estado, sendo 50% de cada um, contando ainda com aporte privado que será viabilizado por meio de uma parceria público-privada (PPP).

A Tribuna procurou o Governo Estadual para questionar se há possibilidade de que o Estado banque sozinho a obra, caso o Governo Federal não tenha recursos, mas não houve resposta.

Dinheiro

Até 2028, há projeção de investimentos de mais de R\$ 10 bilhões em obras no Porto de Santos, boa parte com recursos do Governo Federal.

Além do túnel, se destacam obras nas avenidas perimetrais das margens Direita, localizada em Santos (R\$ 25,8 milhões, com início em agosto deste ano), e Esquerda, instalada em Guarujá (R\$ 544 milhões, com início em 2026).

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*
Data: 23/07/2024

FISCAIS REJEITAM PROPOSTA DO GOVERNO FEDERAL E FARÃO PARALISAÇÃO GERAL

Movimento de servidores vai interromper fiscalização em portos
Por **Bárbara Farias**



No dia 11, o Governo propôs reajuste, mas o sindicato disse que a proposta não estava adequada (Divulgação)

Servidores públicos federais de agências reguladoras rejeitaram a proposta de reajuste salarial do Governo Federal e uma paralisação geral de 48 horas nos dias 31 de julho e 1º de agosto. A decisão da categoria ocorreu em assembleia realizada pelo Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências), na noite desta segunda (22). O controle e a fiscalização em portos e aeroportos deverão ser

interrompidos.

Em nota, o Sinagências informou que a proposta apresentada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) foi rejeitada por “99%” dos servidores, pois “não contempla as condições mínimas necessárias à valorização da categoria”. Além disso, o sindicato informou que a categoria aprovou por unanimidade deflagrar a paralisação.

“Servidores de todas as 11 agências reguladoras deverão interromper a prestação de serviços essenciais para o funcionamento da economia, como o controle e fiscalização em portos, aeroportos, o abastecimento de energia elétrica e água, bem como demais serviços regulados e fiscalizados pelas agências reguladoras, cuja área de abrangência perpassa 60% do Produto Interno Bruto (PIB)”.

Os profissionais definiram também uma ação coordenada entre as autarquias, com o objetivo de intensificar Procedimentos de Limpeza e Desinfecção de Aeronaves (PLD) em aeroportos de todos os estados, entre hoje e quinta-feira, o que gerará impactos em toda a malha aérea do País”.

O Sinagências pontua que a pauta remuneratória “não se trata de mero índice de reajuste, mas de reposicionamento remuneratório que confira à categoria o devido reconhecimento e o fim das disparidades apontadas por ministros do próprio governo em ofícios endereçados ao MGI”. O sindicato espera que o ministério apresente uma nova proposta.

Encontro

Na quarta reunião da mesa de regulação, realizada no dia 11, o Governo propôs aumento de até 21,4% para os cargos da carreira e até 13,4% para o Plano Especial de Cargos (PEC), divididos em duas parcelas: janeiro de 2025 e abril de 2026. Mas, o sindicato argumentou que a proposta é menor do que a defasagem.

“Nem sequer cobre as perdas inflacionárias registradas nos últimos anos. De janeiro de 2017 até junho de 2024, a inflação medida pelo IGP-M foi de 71,84%. Já o IPCA registrou alta de 45,35% no período, conforme a Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil”.

Impacto no Porto de Santos

Em reportagem publicada na sexta-feira (19), A Tribuna noticiou que o impasse nas negociações trabalhistas entre fiscais e o Governo Federal, que se arrastam desde maio, já causa atrasos no desembarço de cargas de importação e de exportação no Porto de Santos.

O diretor do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de Santos e Região (SDAS), Hugo Evangelista, que é o representante interveniente da entidade junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), afirmou que a operação mais lenta, que já era mantida pelos fiscais, causou impactos na operação. Evangelista disse que o setor de exportação também estava sendo afetado.



O diretor-executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítimas do Estado de São Paulo (Sindamar), José Roque, disse que uma possível paralisação atingiria todos os navios e que, caso a greve fosse deflagrada, a entidade entraria com mandado de segurança na Justiça para garantir a livre prática e inspeção sanitária a bordo.

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos não tem se manifestado sobre a negociação em andamento ou os possíveis prejuízos.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 23/07/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

COM VITÓRIA CONTRA A UNIÃO, PREFEITURA DO RECIFE DEVE RECEBER R\$ 170 MILHÕES

A Prefeitura do Recife pleiteou à diferença Valor Mínimo Nacional do Aluno/Ano (VAMA) adotado para pagamento dos créditos relativos ao Fundeb, que recebeu a menor

Por *Patricia Raposo* patricia.raposo@movimentoeconomico.com.br



Procurador-Geral do do Recife, Pedro Pontes/Foto: divulgação

O Município do Recife saiu vitorioso numa ação movida contra a União em torno dos repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Na última sexta-feira (19), saiu a decisão da Justiça Federal que julgou procedente o pleito do Recife e determinou que sejam feitos os repasses aos cofres municipais da diferença de valores pagos pelo governo federal, referente aos anos de 2019 e 2020. A estimativa é que o

município receba cerca de R\$ 170 milhões.

Na ação, ajuizada na 14ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária, no Distrito Federal, o município pleiteou à diferença Valor Mínimo Nacional do Aluno/Ano (VAMA) adotado para pagamento dos créditos relativos ao Fundeb, que deveria ser R\$ 1.165,32 por aluno. Mas, no período citado nos autos, o valor destinado à capital pernambucana por aluno foi de apenas R\$ 946,29.

Na sentença, o magistrado Waldemar Cláudio de Carvalho, reconheceu o passivo da União, decorrente da apuração equivocada nos repasses do Fundeb, desde sua criação até a sua efetiva correção, e determinou à União o pagamento da diferença do valor anual mínimo de R\$ 219,03 por aluno.

Procurador do Recife

O Procurador-Geral do Município, Pedro Pontes, comemorou a celeridade do processo. Ele destacou que a PGM protocolou a ação em abril deste ano, que foi julgada em tempo recorde, tendo a sentença publicada no mês de julho. Para Pontes, a celeridade se deve a um trabalho intenso da Procuradoria-Geral do Município, em especial as equipes especializadas das Procuradorias da Fazenda e Judicial. A decisão cabe recurso.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação foi criado como instrumento permanente de financiamento da educação pública e tem aplicação exclusiva na manutenção e no desenvolvimento do ensino básico e na valorização dos profissionais da educação. O fundo é composto por recursos provenientes de impostos e das

transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, conforme disposto nos artigos 212 e 212-A da Constituição Federal.

Parque temático em Olinda

O empresário Kleber Dantas está empenhado na implementação de um parque temático compacto e tecnológico através da comunidade colaborativa OCCA, denominado Reconnectors – Conexão Olinda. Há poucos dias, ele recebeu o consultor em parques temáticos Lairson Lucena e o empresário Abramo Machado, que cria e explora parques desta natureza, para uma imersão de uma semana. Juntos, desenvolveram um projeto comercial para o parque olindense.

Imagineland

Nesta semana João Pessoa se transforma mais uma vez na terra da imaginação com o festival Imagineland – maior evento de cultura pop com produtos 100% licenciados. O evento vai de sexta a domingo, no Centro de Convenções. Dentro da programação, na quinta-feira (25), acontece a edição 2024 do “Marcas e Personagens”, programação B2B voltada a negócios envolvendo o licenciamento de marcas e personagens. A ação é do EP Grupo, com apoio da Associação Brasileira de Licenciamento de Marcas e Personagens (Abral) e do Portal Administradores.

Mais eventos

Os agendamentos no Centro de Eventos do Recife subiram 27% no primeiro semestre na comparação ao primeiro semestre de 2023. Eventos voltados para energia e sustentabilidade foram destaque, segundo Antônio Amorim, coordenador do Centro.

Pernambuco em perspectiva

Mas uma edição do Pernambuco em Perspectiva acontece no dia 23 de julho, às 19h, no auditório do empresarial Riomar 5. O ex-senador Armando Monteiro Neto é o convidado e vai falar sobre a “Inserção de Pernambuco na nova política industrial do país”. A promoção é da Rede Gestão e revista Algomais.

PMZ Advogados

O Escritório PMZ Advogados foi classificado como altamente recomendado nível 1 pela Leaders League, agência internacional de classificação de serviços empresariais.

Fonte: *Mercos Shipping Marítima Ltda*

Data: 23/07/2024

EM PARCERIA COM A AUREN, ATÉ A VIVO VENDE ENERGIA NO MERCADO LIVRE

Empresas querem aumentar a comercialização de energia no mercado livre

Ângela Fernanda Belfort - angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



CEO da GUD, Fábio Balladi, diz que a venda de energia no mercado livre é um negócio promissor. Foto: Divulgação

De olho num potencial de mais de 100 mil pequenas e médias empresas, companhias lançam suas estratégias para entrar ou captar novos clientes vendendo energia no mercado livre, aquele em que o cliente pode escolher a empresa a qual vai comprar este serviço. Até a tradicional empresa de telecomunicações Vivo fez uma parceria com a geradora Auren para ingressar neste ramo.

Dos cerca de 100 mil clientes que apresentam potencial de fazer parte do mercado livre, 70 mil ainda não fizeram essa migração, segundo informações do CEO da GUD, Fábio Balladi. E deste total, 17% estão no Nordeste com 80% nos Estados de Pernambuco, Ceará e Bahia. A GUD é uma nova comercializadora de energia no mercado livre e nasceu de uma joint-venture formada entre a Vivo e a Auren. Esta última tem a capacidade instalada (para gerar) 8,8 gigawatts (GW). Para o leitor ter

uma ideia, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco tem pouco mais de 10 GW de capacidade instalada.

“A venda de energia no mercado livre é um negócio promissor”, diz Fábio. E se tornou mais promissor desde janeiro deste ano, quando todos os consumidores da alta tensão – inclusive as pequenas empresas – passaram a poder escolher se vão migrar para o mercado livre ou continuar no mercado cativo, aquele que o cliente é obrigado a comprar energia de uma distribuidora, como por exemplo a Neoenergia Pernambuco, no caso dos pernambucanos.

Comprar energia no mercado livre tem duas grandes vantagens. O consumidor passa a ter um desconto de 30% no preço, quando compara com o custo que tem ao comprar energia de uma distribuidora. A segunda vantagem é que a compra é somente de energia renovável, o que leva a empresa a ter um consumo mais consciente e com menos emissões de carbono.

Na parceria firmada entre as duas empresas, a Auren produz a energia e a Vivo já entra com o grande time de vendedores que tem espalhados pelo País. “Usamos todos os prédios regionais da Vivo, usando a mesma força de vendas”, comenta Fábio. Em Pernambuco, a Vivo tem 32 vendedores diretos na região metropolitana do Recife e mais 150 indiretos, que são os principais parceiros da empresa no Estado.

Depois do mercado livre para as empresas, o próximo passo é a abertura do mercado de energia para todos os consumidores – incluindo os de baixa tensão, como os residenciais -, que não tem data prevista, mas está a caminho. “Estamos nos preparando para este mercado. E aí temos mais de 113 milhões de assinaturas e um potencial de oferta conjunta de telecomunicações e energia”, explica Fábio. A GUD promete soluções simplificadas e customizadas na compra de energia.

Também prometendo soluções simplificadas na conta de energia, a comercializadora Ecom fez um programa de agentes autônomos, como microempresas, se associando a companhia para indicarem futuros clientes. “Geralmente, essas empresas autônomas têm várias empresas como clientes e aí aumentamos a nossa capilaridade”, diz o gerente comercial da Ecom, Rafael Valim.

Para ele, o maior desafio é levar as informações sobre o mercado livre para as empresas tomarem a decisão. “Os estabelecimentos podem reduzir os seus custos, migrando para o mercado livre, mas muitos não sabem que podem fazer isso”, argumenta Rafael. Segundo ele, a empresa tem um produto específico para os negócios que apresentam uma conta de energia abaixo dos R\$ 40 mil por mês.

A Ecom tem investido recursos significativos em sua estrutura e na ampliação de sua equipe de representantes comerciais, chamados de Agentes Ecom, para a realização das atividades voltadas para o mercado livre. Só em 2023, os investimentos somaram mais de R\$ 10 milhões em digitalização de seus negócios para facilitar o atendimento.

Com mais de 20 anos de atuação, a Ecom atende mais de duas mil empresas e gerencia mais de 800 pontos de energia em todo o país e promoveu uma economia de R\$ 2 bilhões a seus clientes.



Gerente comercial da Kroma Energia, Marcílio Reinaux, fala que o mercado livre fica mais competitivo, quando há cobrança da bandeira tarifária. Foto:Kroma/Divulgação

Bandeira amarela e o mercado livre

Na conta de quem compra energia de uma distribuidora, o mês de julho terá bandeira tarifária amarela. Com isso, as tarifas dos consumidores serão acrescidas em R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos. O sistema de bandeiras tarifárias foi criado pela Aneel em 2015, como um mecanismo regulatório, para indicar os custos reais de geração de energia e equilibrar o repasse para as distribuidoras. Elas são divididas em três cores: verde, amarela e



vermelha. Nas duas últimas, há uma cobrança adicional na conta de todos os brasileiros do mercado cativo, porque o custo de produção da energia ficou mais alto.

Segundo o gerente comercial da Kroma Energia, Marcílio Reinaux, “além de fugir das cobranças adicionais das bandeiras e ficar livre dos horários de ponta e fora ponta, o mercado livre oferece oportunidades para otimização de recursos e uma melhor gestão energética”. No mercado cativo, os consumidores também pagam mais caro, quando utilizam a energia no horário de ponta, como por exemplo durante às 17h e 20h.

A Kroma é uma empresa pernambucana que começou como comercializadora de energia e tem dois parques de geração: um em Flores, no interior de Pernambuco e outro, no Ceará.

*Com informações da GUD, Ecom e Kroma

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 23/07/2024

SERGIPE INAUGURA NOVO GASODUTO QUE LIGA TERMINAL DE GNL DA ENEVA À MALHA DA TAG

Novo gasoduto recebeu investimento de R\$ 340 milhões e abre mercado sergipano para distribuição de gás para o país

Por **Vanessa Siqueira** - vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br

Nesta terça-feira (23) a TAG e o governo de Sergipe inauguram a implantação de um gasoduto que conecta o Terminal de Armazenamento e Regaseificação de GNL da Eneva e Complexo Termelétrico da Eneva, em Sergipe, à malha de transporte de gás natural da TAG. O empreendimento tem 25 km de extensão e recebeu R\$ 340 milhões de investimentos.

De acordo com o Governo de Sergipe, o gasoduto cruza os municípios de Rosário do Catete, Santo Amaro das Brotas e Barra dos Coqueiros e possui capacidade para transportar 14 milhões de m³/de gás. A obra, que integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), representa mais um importante avanço no processo de abertura e expansão do mercado de gás natural no Brasil, viabilizando o acesso de uma importante fonte de suprimento à demanda nacional do energético.

O titular da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (Sedetec), Valmor Barbosa, explica que esta conquista é um marco histórico para Sergipe. “Com a expansão da malha, Sergipe se torna um player nacional. A expectativa é de que o estado poderá ser competitivo e atrairá parcela importante das importações de gás natural liquefeito”, disse.

A construção do gasoduto de interligação demandou um investimento de R\$ 340 milhões e criou mais de 500 empregos, dos quais, 70% foram ocupados por trabalhadores sergipanos. Além disso, a obra gerou movimentação para a economia local, com o aluguel de equipamentos, contratação de serviços especializados e de insumos para manutenção de canteiros e da construção.

O Governo de Sergipe apoiou a construção do gasoduto por meio da concessão de incentivo fiscal, aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial de Sergipe (CDI), para aquisição dos tubos fabricados. O benefício, enquadrado no Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), reduziu os custos na aquisição do material e, conseqüentemente, o valor do investimento para a obra, resultando em uma tarifa de transporte mais competitiva, favorecendo a atração de operações para o terminal de GNL da Eneva.

Para a construção do projeto de interligação foram fabricados aproximadamente 2.400 tubos, com 12 metros de extensão e 24 polegadas de diâmetro cada. A empresa que conduziu as obras foi a Spiecapag Intech Engenharia e a ação faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal.



A cerimônia de inauguração contará com a presença de autoridades locais e também do ministro Minas e Energia, Alexandre Silveira, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) e Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP), entre outros, e faz parte das atividades previstas para a Semana do Petróleo, Gás e Energia de Sergipe, que ocorre de 22 a 26 de julho. Durante todo o período, diversos eventos vinculados ao setor serão sediados em Aracaju, promovendo as potencialidades do estado no mercado nacional e internacional.

Sergas inicia obras para duplicar e expandir gasoduto em Aracaju

A Sergipe Gás S/A (Sergas) anunciou que vai ampliar e duplicar o gasoduto que atende Aracaju. A obra interligará o ramal do Centro de Aracaju, atualmente isolado da rede de gás da distribuidora sergipana, proporcionando maior segurança operacional e expandindo a malha de dutos da Sergas. Com extensão de 2,5 km e custo estimado em R\$ 650 mil, o novo gasoduto está previsto para entrar em operação no mês de setembro.

De acordo com a Sergas, o projeto, além de duplicar o anel de segurança operacional na região, expandirá a rede de gasodutos, atravessando nove ruas do Centro da capital, área com grande potencial para novos clientes.

O projeto beneficia uma região de grande fluxo de comércio na capital, com a interseção do gasoduto com as ruas Boquim, Santa Luzia, Arauá, Lagarto, Estância, Capela, Santo Amaro, Praça João XXIII e avenida Dr. Carlos Firpo. A região compreende oito restaurantes, sete lanchonetes, uma fábrica de bolos, duas panificadoras, cinco edifícios residenciais e um hotel que poderão se beneficiar do fornecimento de gás natural canalizado.

Para o diretor-presidente da Sergas, José Matos, a construção do novo trecho de rede e a duplicação do anel proporcionará maior segurança na operação do fornecimento de gás natural, além de abrir a possibilidade de atendimento do serviço de gás canalizado a novos clientes na zona central de Aracaju.

“Iniciamos a obra com grandes perspectivas, em conseguir a adesão de novos clientes. A implantação levará mais comodidade, conforto, segurança, serviço contínuo e economia para todos, impulsionando um desenvolvimento ainda maior para essa importante região”, pontua.

A empresa atende atualmente a oito municípios, sendo eles: Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras, Itaporanga D’Ajuda, Estância, Carmópolis, Rosário do Catete e São Cristóvão.

Em Aracaju, a Sergas possui uma malha de gasodutos que se estende por 241 km, composta por tubulações de PEAD e aço. No total, a rede de gasodutos da empresa em todo o estado de Sergipe alcança 319 km, também entre PEAD e aço.

*Com informações Sergas e Sedetec

Fonte: *Merco Shipping Marítima Ltda*

Data: 23/07/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

DIRETORES PARTICIPAM DE EVENTO DO SETOR E REFORÇAM BENEFÍCIOS DAS HIDROVIAS

As concessões hidroviárias vão gerar emprego, renda, aumento de eficiência e melhora no escoamento agrícola



Brasília, 23/07/2024 - O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Eduardo Nery, e o diretor Wilson Lima Filho participaram de evento do setor aquaviário e destacaram os benefícios das concessões hidroviárias.

As falas aconteceram na noite da última segunda-feira (22), no Norte Export 2024, promovido pelo Brasil Export. O diretor-geral participou da abertura do evento e o diretor Wilson Lima Filho foi um dos debatedores do painel “Desenvolvimento das conexões do transporte aquaviário na região Norte e boas iniciativas com ganho de eficiência nas operações portuárias”.

Nery destacou os seis projetos de hidrovias prioritários que estão em andamento na Agência. Para o Rio Madeira, que está em análise pelo Ministério de Portos e Aeroportos, há expectativa de abertura de audiência pública em breve.

As hidrovias dos rios Paraguai, Lagoa Mirim e Barra Norte estão na fase de estudos. Por sua vez, foi anunciado, também na segunda-feira, o início dos estudos da Hidrovia do Rio Tocantins.

O último projeto de hidrovias prioritário é o Rio Tapajós. A expectativa é que o anúncio de início dos estudos dessa hidrovia ocorra ainda neste mês.

Benefícios das concessões

O diretor-geral relembrou ainda o ganho logístico que as concessões vão trazer para o país, “hoje é pago um alto preço pela ineficiência das hidrovias existentes, isso porque com a falta de dragagem, balizamento e sinalização adequada os transportadores de cargas não podem trafegar a noite, por exemplo”.

Por sua vez, o diretor Wilson Lima Filho, destacou que as concessões hidroviárias são a solução para aumentar o número de hidrovias no Brasil e que a ANTAQ está caminhando para que isso se torne uma realidade, um exemplo é a publicação do Plano Geral de Outorgas (PGO) Hidroviário, no final do ano passado.

Ele também pontuou benefícios como a geração de emprego e renda, a redução do frete, a melhora no escoamento de grãos, o aumento dos corredores logísticos no país, os ganhos logísticos com a eficiência e a redução da emissão de carbono, tendo em vista que hidrovias são até cinco vezes menos poluentes que uma rodovia.

*Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ*

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 23/07/2024

Segundo dados da Anac, foram cerca de 4,4% a mais que nos primeiros seis meses de 2023

No primeiro semestre, foram movimentados 56,2 milhões de passageiros nos aeroportos brasileiros 44,2 milhões de passageiros foram transportados no mercado doméstico e 11,9 milhões, no mercado internacional - Foto: Banco de imagens



O setor da aviação civil brasileira encerrou o primeiro semestre de 2024 com resultados promissores, demonstrando uma recuperação robusta e um crescimento contínuo. Entre janeiro e junho, 56,2 milhões de passageiros movimentaram-se pelos aeroportos brasileiros, representando um aumento de 4,4% em relação ao mesmo período de 2023.

Do total de passageiros, 44,2 milhões viajaram no mercado doméstico, um crescimento de 0,8% em comparação ao ano passado. Já o mercado internacional registrou um aumento significativo de 20,2%, com 11,9 milhões de passageiros transportados. Os dados foram divulgados no relatório de demanda e oferta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), atualizado até junho de 2024.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, os números refletem o empenho do Governo Federal para ampliar a malha aérea. "Os números indicam que este ano vamos ultrapassar a movimentação pré-pandemia. Temos trabalhado para ampliar a capacidade e a qualidade de nossos aeroportos e garantir novas rotas para estimular o desenvolvimento econômico regional", reforçou.

O setor de carga também apresentou um desempenho positivo. Foram movimentadas 658,9 mil toneladas de carga no primeiro semestre, 7,5% a mais que no mesmo período de 2023. Desse total, 237,5 mil toneladas foram processadas no mercado doméstico, um aumento de 12,7%, enquanto 421,3 mil toneladas foram movimentadas no mercado internacional, um crescimento de 4,7%.

Principais Aeroportos

Os cinco aeroportos mais movimentados do Brasil no primeiro semestre de 2024 foram:

1. Guarulhos (São Paulo): 20,3 milhões de passageiros
2. Congonhas (São Paulo): 10,8 milhões de passageiros
3. Brasília (Distrito Federal): 6,9 milhões de passageiros
4. Galeão (Rio de Janeiro): 6,5 milhões de passageiros
5. Campinas (São Paulo): 5,7 milhões de passageiros

Esses terminais foram responsáveis pelo tráfego de mais de 50 milhões de passageiros no período. Destaque especial para o Aeroporto do Galeão, que teve um crescimento impressionante de cerca de 94% em comparação ao primeiro semestre de 2023, sinalizando uma recuperação efetiva das suas operações.

Resultados de Junho

Os números específicos de junho também foram positivos. No mercado doméstico, 7,4 milhões de passageiros foram transportados, um aumento de 2,3% em relação a junho de 2023. A demanda doméstica, medida em passageiros por quilômetro (RPK), cresceu 5,3%, enquanto a oferta (ASK) aumentou 0,9%. A carga doméstica movimentou 40 mil toneladas, um crescimento de 12,1%.

No mercado internacional, 1,9 milhões de passageiros viajaram, representando um aumento de 15,5% em relação a junho de 2023. A demanda internacional aumentou 13,2%, e a oferta cresceu 15,1%. No setor de carga internacional, foram processadas 75,2 mil toneladas, o melhor resultado histórico para o mês de junho e um crescimento de 13,9% em comparação a junho de 2023.

Acesse aqui os dados completos

<https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/mercado-do-transporte-aereo/demanda-e-oferta>

Com informações da Anac

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 23/07/2024

GOVERNO FEDERAL PRIORIZA PROJETOS DE HIDROVIAS E ANUNCIA ESTUDOS PARA CONCESSÕES

Ministério de Portos e Aeroportos deu início a dois novos projetos: rios Madeira e Tocantins



Governo Federal incluiu as concessões dos rios Tocantins e Madeira no Programa de Parcerias de Investimento - Foto: Vosmar Rosa

O transporte hidroviário possui um enorme potencial para reduzir custos logísticos e desempenha um papel fundamental na redução de poluentes no meio ambiente. Historicamente, as regiões que conseguem escoar sua produção por via fluvial têm maior potencial de desenvolvimento. Com essa premissa, o Governo Federal incluiu as concessões dos rios Tocantins e Madeira no Programa de Parcerias de Investimento (PPI), atendendo, assim, uma demanda de décadas do povo tocantinense.

O anúncio dos empreendimentos no PPI foi feito nesta segunda-feira (22) pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, durante evento realizado em Palmas, capital do estado. "É a primeira vez na história que o Governo Federal está desenvolvendo projetos hidroviários, e isso vai fortalecer o nosso modal. Isso, sem dúvidas, vai melhorar o escoamento da nossa produção e fortalecer a agenda ambiental", indicou o ministro.

O Rio Tocantins pode se tornar um dos principais eixos de escoamento da safra brasileira, sendo que estudos indicam um potencial de movimentação de mais de 20 milhões de toneladas por ano. Esse é o principal motivo que levou o Ministério de Portos e Aeroportos a inserir o empreendimento como uma de suas prioridades, agindo em duas frentes: o derrocamento do Pedral do Lourenço, obra pública executada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit); e a concessão da hidrovia, obra que teve seus estudos iniciados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Para o início das obras do derrocamento, o Dnit está finalizando o processo de licenciamento ambiental, que garantirá que todas as comunidades ribeirinhas sejam ouvidas e possam se beneficiar com a obra. Para o Secretário de Hidrovias do Ministério de Portos e Aeroportos, Dino Antunes, esse é mais um passo para a viabilização dos estudos para a concessão dos rios. "Já concluímos os estudos e os próximos passos serão a abertura das audiências públicas, posterior encaminhamento ao Tribunal de Contas e a licitação".

Atualmente, o Rio Tocantins atende cerca de 10 milhões de pessoas, número que aumentará nos próximos anos após investimentos e expansão das atividades comerciais.

Segundo maior em extensão, o Rio Tocantins banha quatro estados do país: Goiás, Maranhão, Pará e Tocantins. Além disso, as águas do rio atravessam cerca de 30 municípios e dois importantes biomas brasileiros, o Cerrado e a Amazônia.

Assessoria Especial de Comunicação Social

Ministério de Portos e Aeroportos

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 23/07/2024

DE OLHO EM NOVO RECORDE, AEROPORTO DE PALMAS INAUGURA OBRAS DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

Movimento passou de 700 mil passageiros em 2023. Até o final do ano, Ministério de Portos e Aeroportos entregará nove obras em aeródromos da região Norte, com investimentos de R\$ 740 milhões



Cerimônia de entregadas obras de modernização e ampliação do terminal de Palmas - Foto: Vosmar Rosa

Conhecido por ser um estado com grande potencial de crescimento e de extrema importância para o eixo Norte-Nordeste do país, o Tocantins tem investido cada vez na modernização de sua cadeia de transportes. Nesta segunda-feira (22), os moradores e turistas do estado ganharam novas estruturas e conforto com a inauguração das obras do aeroporto de Palmas.

Essa é apenas a primeira das nove entregas que o Governo Federal, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), fará até o final de 2024 no modal aeroportuário da região Norte, obras essas que totalizam investimentos de R\$ 740 milhões. As melhorias contam com a expertise de gestão e aporte financeiro de concessionárias que operam os principais terminais brasileiros.

Em Palmas, por exemplo, a CCR Aeroportos, administradora do sítio aeroportuário, investiu cerca de R\$ 36 milhões na reforma completa do Terminal de Passageiros, melhorias na drenagem e sinalização da pista, iluminação do pátio de aeronaves, adequação da sinalização de pátio para acomodar cinco posições de aeronaves do código C (como um Airbus A320, por exemplo), além de melhorias na parte operacional do aeroporto, ampliando a segurança das operações e promovendo maior conforto aos passageiros.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou a importância das obras para alavancar o turismo no estado. “Isso é fundamental para o turismo de lazer aqui do estado, mas sobretudo para o turismo de negócios, porque tem muita gente hoje que quer empreender aqui no estado e precisa vir de avião para poder fazer o seu negócio”, esclareceu.



Entrada do Aeroporto de Palmas



Saguão do aeroporto

Trabalho conjunto

As entregas fazem parte das políticas de investimento das concessionárias para melhorar a qualidade e a capacidade dos aeroportos da região e dialogam com a política de desenvolvimento da aviação regional do Ministério de Portos e Aeroportos, que deve entregar mais de 36 obras em todo o país até o final do ano.

Na avaliação de Costa Filho, a Região Norte apresentou crescimento expressivo na movimentação aérea, especialmente no mercado internacional. “Nos primeiros cinco meses do ano, o número de passageiros de voos internacionais na região Norte cresceu 53% em relação ao número registrado no mesmo período do ano passado”, enfatizou.

Para o Secretário Nacional de Aviação Civil (SAC), Tomé França, a infraestrutura dos aeroportos brasileiros tem se destacado mundialmente, sendo conhecido como um dos mais modernos do



mundo. “Nós temos certeza que essa infraestrutura aeroportuária aqui no estado de Tocantins vai ajudar bastante ao estado crescer ainda mais. No ano 2023, fechamos com 700 mil passageiros aqui nesse aeroporto, um crescimento de 15% em comparação a 2022”, disse.

Nos últimos anos, o aeroporto de Palmas tem registrado crescimento constante na movimentação de passageiros e no fluxo de voos. Como explicou o secretário, em 2023, com mais de 700 mil passageiros transportados, o terminal registrou recorde neste indicador. O aumento foi de aproximadamente 15% na comparação com dados registrados em 2022. A expectativa é que, com a expansão, o aeroporto estabeleça um novo recorde na movimentação.

Assessoria Especial de Comunicação Social
Ministério de Portos e Aeroportos
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 23/07/2024



EDITORIAL – HIDROVIAS: O FUTURO DA LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL NO BRASIL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O desenvolvimento do modal hidroviário, especialmente na Região Norte do Brasil, desponta como uma solução estratégica e sustentável para a logística nacional. As palavras do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, durante a abertura do Norte Export em Palmas, Tocantins, na noite dessa segunda-feira, dia 22, ressaltam a importância dessa opção de transporte. A criação de hidrovias, como a do Rio Tocantins, não só potencializa o desenvolvimento econômico regional, mas também responde a necessidades críticas de infraestrutura e sustentabilidade.

O estado do Tocantins, destacado pelo ministro como uma das locomotivas do emprego no Brasil, está no centro dessa transformação logística. A hidrovia do Rio Tocantins, uma prioridade do Ministério de Portos, tem o potencial de revolucionar o transporte de cargas na região do Arco Norte. Com a eliminação do obstáculo do Pedral de Lourenço, o transporte de grãos poderá aumentar significativamente, de 3 milhões para mais de 20 milhões de toneladas anuais, ampliando a competitividade e a eficiência da produção agrícola.

O uso das hidrovias oferece uma vantagem econômica substancial. O custo logístico pode ser reduzido em até 40%, segundo as estimativas do ministro. Esta redução não apenas aumenta a margem de lucro dos produtores, mas também torna os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional. A economia gerada pode ser reinvestida em outras áreas críticas, promovendo um ciclo virtuoso de desenvolvimento e inovação.

Além dos benefícios econômicos, o modal hidroviário se destaca por seu potencial sustentável. A redução das emissões de gases de efeito estufa, em comparação com o transporte rodoviário e ferroviário, é um ganho ambiental inegável. A hidrovia do Rio Tocantins, juntamente com outras planejadas para os próximos cinco anos, como a do Rio Madeira, oferece alternativas mais ecológicas e resilientes às estradas e ferrovias tradicionais.

Em um momento em que a região amazônica enfrenta estiagens cada vez mais severas, a diversificação das rotas logísticas é essencial. As hidrovias podem aliviar a pressão sobre os rios amazônicos, frequentemente afetados pelas mudanças climáticas e variabilidade hídrica. A criação de novas rotas, como a do Tocantins-Araguaia, oferece caminhos alternativos para o transporte de mercadorias, garantindo a continuidade das operações logísticas mesmo em períodos de seca.

Em seu discurso, o ministro Costa Filho enfatizou a dívida histórica do Brasil com a Região Norte. Investir em infraestrutura hidroviária é, portanto, uma forma de saldar essa dívida, promovendo o



desenvolvimento regional e a integração nacional. Quando o Norte prospera, todo o Brasil colhe os benefícios, desde os estados do Sudeste até os do Sul.

A visão de um Brasil interligado por hidrovias é um passo audacioso e necessário rumo a um futuro mais eficiente e sustentável. O compromisso com a infraestrutura hidroviária deve ser reforçado e acelerado, transformando as potencialidades da região Norte em realidades concretas. A hidrovia do Rio Tocantins é apenas o início de uma transformação logística que promete revolucionar o transporte de cargas no Brasil, impulsionando a economia e preservando o meio ambiente para as futuras gerações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 23/07/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

BAHIA-ÁSIA 1

O Terminal de Contêineres (Tecon) do Porto de Salvador (BA), operado pelo Grupo Wilson Sons, inaugura amanhã, dia 24, às 10 horas, uma nova rota de navegação, ligando o complexo marítimo até a Ásia com navios de grande porte, capazes de transportar 15 mil TEU (unidade referente a um contêiner de 20 pés). O evento será marcado com a escala do navio MSC Orion, com 366 metros de comprimento e 16 metros de calado máximo.

BAHIA-ÁSIA 2

O MSC Orion será o primeiro navio desta classe a escalar no porto baiano, inaugurando a primeira rota de navios dessa dimensão na Costa Leste da América do Sul. Há sete anos, o complexo de Salvador está autorizado a receber esse tipo de embarcação.

RECORDE EM SANTOS 1

O Porto de Santos (SP) movimentou 16,3 milhões de toneladas de cargas no mês passado, registrando um crescimento de 4,6% sobre junho de 2023. Com o resultado, o acumulado do ano chega a 89,1 milhões de toneladas, 10,2% a mais do que no exercício anterior. Tanto o resultado mensal como o semestral são recordes.

RECORDE EM SANTOS 2

O crescimento foi comemorado pelo presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini. “Os recordes batidos pela movimentação de carga reforçam a importância do Porto de Santos para o Brasil e para o mundo e comprovam o acerto das medidas tomadas pelo Ministério de Portos e Aeroportos, em perfeita sintonia com as prioridades da gestão da Autoridade Portuária de Santos, que promove investimentos inéditos em infraestrutura e também na expansão da capacidade do maior Porto do Hemisfério Sul”, destacou.

NOVO SENADOR 1

O secretário de Portos e Aeroportos de Santa Catarina, Beto Martins (PL), vai assumir uma vaga de senador a partir do próximo dia 2, com a licença do cargo da senadora Ivete da Silveira (MDB). Seu afastamento, anunciado em suas redes sociais nessa segunda-feira, irá durar 120 dias, até 30 de novembro. Ela retornará ao Congresso ao final do prazo.

NOVO SENADOR 2

Ivete era a primeira suplente da chapa liderada por Jorginho Mello, que foi eleito senador nas eleições de 2018 – o mandato é de oito anos. Beto Martins era o segundo suplente. Com Mello assumindo o Governo de Santa Catarina após vencer as eleições de 2022, ela assumiu o mandato, que ficará agora com o segundo suplente. Ex-prefeito de Imbituba, Martins é empresário do setor logístico.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 23/07/2024

NACIONAL - COM INVESTIMENTO DE R\$ 36 MILHÕES, OBRAS NO AEROPORTO DE PALMAS SÃO CONCLUÍDAS

Cerimônia de entrega dos serviços teve a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redebnews.com.br



O ministro Silvio Costa Filho participou da inauguração do novo espaço. Para ele, as obras no aeroporto são importantes para alavancar o turismo no estado, sobretudo o de negócios

Foram entregues na segunda-feira, dia 22, as obras de reforma e ampliação do Aeroporto de Palmas, no Tocantins. Os serviços estavam previstos no contrato de concessão da CCR Aeroportos, que administra o equipamento, com

o Governo Federal e contaram com um investimento de R\$ 36 milhões. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou da cerimônia de inauguração do novo espaço.

Em nota, a CCR Aeroportos, disse que as reformas visam a melhoria dos usuários porque o Tocantins é “conhecido por ser um estado com grande potencial de crescimento e de extrema importância para o eixo Norte-Nordeste do país”.

Essa é a primeira das nove entregas que o Governo Federal, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos, fará até o final de 2024 no modal aeroportuário da região Norte, obras essas que totalizam investimentos de R\$ 740 milhões.

Em Palmas, a CCR Aeroportos investiu os cerca de R\$ 36 milhões na reforma completa do Terminal de Passageiros, melhorias na drenagem e sinalização da pista, iluminação do pátio de aeronaves, adequação da sinalização de pátio para acomodar cinco posições de aeronaves do código C (como um Airbus A320, por exemplo), além de melhorias na parte operacional do aeroporto.

O ministro Silvio Costa Filho destacou a importância das obras para alavancar o turismo no estado. “É importante sobretudo para o turismo de negócios, porque tem muita gente hoje que quer empreender aqui no estado e precisa vir de avião para poder fazer o seu negócio”, disse.

Trabalho conjunto

De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos, as entregas dessas obras fazem parte das políticas de investimento das concessionárias para melhorar a qualidade e a capacidade dos aeroportos da região e dialogam com a política de desenvolvimento da aviação regional da pasta. A previsão é de que deve sejam entregues mais de 50 serviços em todo o país até o final do ano.



Saguão do aeroporto: os recursos foram investidos na parte operacional, na reforma do Terminal de Passageiros, na drenagem e sinalização do pátio, além da iluminação do pátio

Na avaliação de Silvio Costa Filho, a região Norte apresentou crescimento expressivo na movimentação aérea, especialmente no mercado internacional. “Nos primeiros cinco meses do ano, o número de passageiros de voos internacionais na região Norte cresceu 53% em relação ao número registrado no mesmo período do ano passado”, explicou.

Para o secretário nacional de Aviação Civil, Juliano Noman, a infraestrutura dos aeroportos brasileiros tem se destacado mundialmente, sendo conhecido como um dos mais modernos do mundo. “Nós temos certeza que essa infraestrutura aeroportuária aqui no estado de Tocantins vai

ajudar bastante ao estado crescer ainda mais. No ano 2023, fechamos com 700 mil passageiros aqui nesse aeroporto, um crescimento de 15% em comparação a 2022”, disse.

Números

Nos últimos anos, o aeroporto de Palmas tem registrado crescimento na movimentação de passageiros e no fluxo de voos. Como explicou o secretário, em 2023, com mais de 700 mil passageiros transportados, o terminal registrou recorde. O aumento foi de aproximadamente 15% na comparação com dados registrados em 2022. A expectativa é que, com a expansão, o aeroporto estabeleça um novo recorde na movimentação.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 23/07/2024

NACIONAL - GOVERNO CONFIRMA CORTE DE R\$ 15 BI NO ORÇAMENTO

Bloqueio será de R\$ 11,2 bilhões e o contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões

Por **MARÍLIA SENA** marilia.sena@redenenews.com.br



A projeção de rombo para as contas é de R\$ 32,6 bilhões, ou 0,3% do PIB. Segundo o Ministério da Fazenda, houve uma piora de R\$ 18,1 bilhões na estimativa para o resultado primário. Foto: Freepik

O Ministério da Fazenda confirmou na segunda-feira, dia 22, o congelamento de R\$ 15 bilhões no Orçamento. O bloqueio será de R\$ 11,2 bilhões e o contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões.

A medida é para não causar desencontro entre a receita e despesas previstas para 2024.

As áreas afetadas pelos cortes serão detalhadas na próxima terça-feira, 31. De acordo com a equipe econômica, pelo menos dois fatores influenciaram para o bloqueio de gastos. O acréscimo de R\$ 6,4 bilhões no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o aumento de R\$ 4,9 bilhões nos benefícios previdenciários.

O bloqueio do orçamento acontece quando o Governo revisa as despesas que estavam maiores do que o permitido. O contingenciamento é quando há frustração de receitas esperadas nos cofres públicos.

De acordo com dados publicados pelo Governo, a projeção de rombo para as contas é de R\$ 32,6 bilhões, o que equivale a 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo a Fazenda, houve uma piora de R\$ 18,1 bilhões na estimativa para o resultado primário.

O marco fiscal determina uma tolerância de 0,25% ponto percentual do PIB para mais ou para menos. Mesmo com a meta de déficit zero, o Governo vai poder apresentar um rombo de R\$ 28,8 bilhões para cumprir a lei.

A receita inicial saiu de R\$ 2,705 trilhões para R\$ 2,698 trilhões, uma queda de R\$ 6,4 bilhões. A redução das receitas aconteceu devido ao recuo da arrecadação com a Previdência Social de R\$ 5,2 bilhões; queda de R\$ 1,7 bilhão em receitas administradas pela Receita Federal e queda de R\$ 0,9 bilhão em concessões e permissões.

Já as despesas passaram de R\$ R\$ 2,209 trilhões para R\$ 2,230 trilhões. Um crescimento de R\$ 19,4 bilhões devido ao aumento de R\$ 5,3 bilhões nos benefícios previdenciários e no crescimento de R\$ 1 bilhão nos gastos com pessoal e encargos.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já tinha anunciado na última quinta-feira, 18, os valores do corte. Ele falou sobre o assunto no Palácio do Planalto após uma reunião com o presidente da

República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, da Gestão, Esther Dweck, e da Casa Civil, Rui Costa.

O presidente Lula disse na segunda-feira, dia 22, que o Governo fará bloqueio de despesas orçamentárias “sempre que precisar”. Ele fez esse comentário a jornalistas estrangeiros no Palácio da Alvorada. “O mesmo dinheiro que você precisa cortar agora, você pode não precisar cortar daqui a dois meses. Depende da arrecadação”, afirmou Lula.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/07/2024

SEM CATEGORIA - RN ASSEGURA RECURSOS PARA DRAGAGEM DO RIO POTENGI E DEFENSAS DA PONTE

Ministro de Portos e Aeroportos deve visitar o Estado em agosto para anunciar oficialmente o aporte financeiro

Por VANESSA PIMENTEL vanessa.pimentel@redebeneews.com.br



Segundo o governo, o Estado vai receber R\$ 60 milhões para a realização da obra de dragagem do Rio Potengi - para ampliar a capacidade do Porto de Natal - e R\$ 10 milhões para as defensas da ponte Newton Navarro - o que possibilitará operações noturnas no complexo portuário. Foto: Sandro Menezes/Assecom RN

A Governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, participou de uma audiência com o Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e garantiu que os recursos necessários para a melhoria da

infraestrutura do Porto de Natal e para outros equipamentos, como a Ponte Newton Navarro, foram assegurados. O encontro ocorreu no último dia 10 e reuniu também o Diretor Técnico e Comercial da Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN), Paulo Henrique Macedo.

Segundo o governo, o Estado vai receber R\$ 60 milhões para a realização da obra de dragagem do Rio Potengi e R\$ 10 milhões para as defensas da ponte. Ainda de acordo com o comunicado, Silvio Costa Filho deve visitar o Estado em agosto para anunciar oficialmente o aporte financeiro.

A obra de construção das defensas dos pilares centrais da Ponte Newton Navarro será executada em uma ação conjunta do Ministério dos Transportes, através do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com o Ministério de Portos e Aeroportos. Ela já tem projeto básico elaborado e o orçamento total para sua conclusão é de R\$ 45 milhões, estando em fase de definição de dotação orçamentária nos referidos Ministérios.

“Essa agenda é muito importante. O ministro Silvio Costa assegurou as providências que já estão em curso para o fortalecimento da infraestrutura do Porto de Natal, um equipamento importante para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, assim como para as defensas da Ponte Newton Navarro, declarou a governadora Fátima Bezerra.

A dragagem do Rio Potengi corresponde à escavação para retirada de sedimentos do fundo do rio, ação fundamental para a ampliação da capacidade do Porto de Natal, permitindo o aumento do porte das embarcações que o porto recebe, enquanto a instalação de defensas na ponte permitirá a aproximação segura das embarcações, inclusive a possibilidade de operações noturnas – hoje elas não podem acontecer pela falta desse equipamento de proteção na ponte.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/07/2024

REGIÃO NORDESTE - EMPRESA ESTUDA EXPORTAR MINÉRIO DE FERRO PELO PORTO DE LUÍS CORREIA

Segundo governo do Piauí, primeira operação pode ocorrer ainda em 2024

Por VANESSA PIMENTEL vanessa.pimentel@redebeneews.com.br



O modelo de operação seria o “transshipment”, quando a mercadoria de um barco menor vai para um navio maior, em alto mar e é amplamente em portos como o de Santos e de Santarém no Pará. Foto: Divulgação/Ascom PI

O Governo do Piauí anunciou que está em discussões com a mineradora Lion Mining, localizada em Piripiri (PI), e a empresa asiática Rocktree Logistics, para viabilizar a primeira operação de minério de ferro via “transshipment”

no Porto de Luís Correia – o que pode ocorrer ainda em 2024. As informações foram divulgadas no último dia 10.

O modelo de operação “transshipment” é bastante utilizado no Brasil em portos como o de Santos (SP) e de Santarém, no Pará. Na prática, a operação consiste em transferir a mercadoria de um barco menor para um navio maior, em alto mar.

Em março deste ano, em missão internacional em Singapura, a Investe Piauí e a Rocktree Logistics assinaram um memorando de entendimento (MoU) com objetivo de ampliar a discussão que visa realizar a transferência de cargas em alto mar no Piauí. Esse trabalho possibilitaria que, mesmo em um porto com um calado menor, as operações aconteçam e sejam mais rápidas.

Simultaneamente, a CIA Porto Piauí (ou Porto de Luís Correia) tem realizado reuniões e visitas à mineradora de Piripiri em planejamento para as primeiras operações via porto. A presidente da companhia, Maria Cristina Araújo, aponta que a operação já é viável, mas depende de questões burocráticas para que ocorra.

“Toda operação portuária não demanda apenas do nosso interesse, mas também de autorizações de órgãos parceiros e fiscalizadores, como a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Marinha do Brasil, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Receita Federal e afins. Temos tratativas diárias com todos para que essa operação teste possa acontecer em breve”, explicou Maria Cristina.

Ainda segundo a presidente do Porto Piauí, a operação teste “transshipment” teria duração de seis meses e, ao longo desse período, ajustes seriam feitos a partir das recomendações dos órgãos fiscalizadores. “Seria um período para implementar e melhorar a operação. Dessa forma, quando tivermos todas as licenças definitivas, todos esses ajustes já teriam sido feitos e estaremos de acordo com as autoridades portuárias”, ressaltou.

O diretor-geral da Lion Mining, Jader Fernandes, destacou a importância do Porto Piauí e da viabilização da operação de transshipment para a empresa e para o desenvolvimento do estado. “Esse porto representa muito para nós e para o Piauí. Ainda temos muitas cargas sendo escoadas por meio de portos vizinhos, o que gera mais custos aos produtores. Sendo assim, fica mais difícil empreender, crescer e contratar funcionários. O transshipment é algo que desejamos muito, pois viabilizaria mais operações, mercados, fretes mais baratos e uma maior margem de lucro. Sem dúvida, o nosso porto impactará em uma grande mudança socioeconômica no estado”, concluiu.

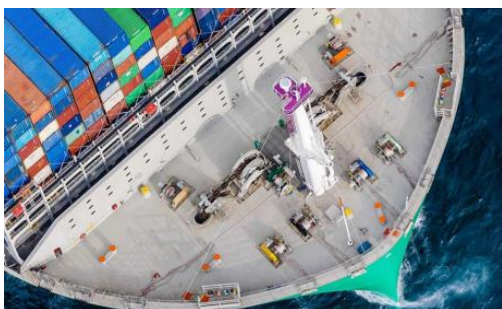
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/07/2024

INTERNACIONAL - CMA CGM E GOOGLE SELAM PARCERIA PARA IMPLEMENTAR IA EM OPERAÇÕES

Objetivo é reduzir os prazos de entrega, cortar custos operacionais e diminuir as emissões de carbono

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A CMA GGM está focada em utilizar a IA para otimizar rotas de remessa, aprimorar o manuseio de contêineres e melhorar o gerenciamento de estoque, entre outras operações. Foto: Divulgação

A CMA CGM, líder global em transporte e logística, firmou uma parceria inovadora com o Google. A colaboração, anunciada no último dia 18, visa acelerar a integração de soluções de inteligência artificial (IA) nas operações mundiais da CMA CGM, prometendo revolucionar a maneira como a empresa conduz seus negócios.

A gigante francesa de navegação está focada em utilizar a IA para aprimorar diversos aspectos de suas operações. Isso inclui a otimização de rotas de remessa, o aprimoramento no manuseio de contêineres e a melhoria no gerenciamento de estoque. O principal objetivo é reduzir os prazos de entrega, cortar custos operacionais e diminuir as emissões de carbono, tornando as operações mais sustentáveis e eficientes.

Rodolphe Saadé, presidente e CEO da CMA CGM, destacou a importância do acordo como um componente essencial na estratégia de transformação digital da empresa. A expectativa é que a parceria com o Google, com sua infraestrutura robusta, expertise em análise de dados e abordagem abrangente de IA, impulse a trajetória de crescimento e inovação da CMA CGM.

A CEVA Logistics, subsidiária do Grupo CMA CGM, também será beneficiada pelo acordo, adotando as ferramentas de gerenciamento baseadas em IA fornecidas pelo Google. Essas ferramentas avançadas são projetadas para melhorar a previsão de volumes e demanda, permitindo um planejamento mais eficaz para as operações dos armazéns, o que é crucial para a eficiência logística global.

Além das operações logísticas, a divisão de mídia da CMA CGM está pronta para integrar tecnologias de IA em suas práticas. Recentemente, a empresa adquiriu uma participação na emissora privada francesa M6 e assumiu o principal canal de notícias do país, BFM TV, no início deste ano. A intenção é desenvolver novas ferramentas de IA que ajudem os jornalistas na síntese e tradução de documentos, criação de conteúdo para mídias sociais e digitalização de arquivos.

Sébastien Missoffe, CEO do Google França, expressou confiança de que a ampla experiência do Google em infraestrutura, dados e IA contribuiria significativamente para o desenvolvimento da CMA CGM, ajudando a empresa a atingir seus objetivos ambiciosos de eficiência e inovação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/07/2024

NORTE EXPORT - MINISTRO APOSTA EM HIDROVIAS PARA DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

Silvio Costa Filho destacou a Hidrovia do Rio Tocantins como fundamental para o Arco Norte

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebenews.com.br



Durante a solenidade de abertura do Norte Export, o Grupo Brasil Export e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) assinaram um termo de cooperação técnica visando melhorias na infraestrutura de transporte aéreo e de hidrovias na região Norte. O documento foi assinado pelo CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, e pelo titular do MPor, Silvio Costa Filho. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou a criação de hidrovias para potencializar o desenvolvimento econômico do Tocantins e de toda a região Norte. Com foco especial na hidrovia do Rio



Tocantins, Costa Filho disse que o novo modal de transporte vai fortalecer a região do Arco Norte.

O discurso do ministro encerrou a solenidade de abertura do Norte Export, Fórum Regional de Logística, Infraestrutura e Transportes, que em 2024 é realizado em Palmas, capital do Tocantins.

Segundo Costa Filho, o estado do Tocantins está entre os três estados da federação que mais gera empregos no Brasil, classificando-o como uma grande locomotiva do país.

Para alavancar o alto e importante desenvolvimento do Tocantins, Costa Filho destacou a hidrovía do Rio Tocantins, uma das prioridades do Ministério de Portos, dentro da Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação.

“Nós temos muita responsabilidade com essa região. E por isso, quero fazer um apelo para que a gente possa definitivamente resolver a questão do Pedral de Lourenço que é fundamental para o desenvolvimento da região. É um projeto de hidrovía construído em parceria com o BNDES e com a Antaq, de maneira participativa”, disse.

Segundo o ministro, a via de navegação é responsável pelo transporte, atualmente, de 3 mil toneladas de grãos. Com a implantação da hidrovía do Tocantins, o número de produtos transportados será ampliado para mais de 20 mil toneladas de movimentação.

“Vamos fortalecer o Arco Norte, ampliar a competitividade da região Norte, além das ações de infraestrutura, das estradas que estão sendo feitas, vamos ter ao todo um total de cinco hidrovias nos próximos cinco anos. Isso vai ajudar a potencializar a produção brasileira reduzindo em quase 40% o custo logístico, ajudando na agenda ambiental e na produtividade da economia da região Norte”, comentou.

Ainda em seu discurso, Costa Filho enalteceu o Norte do país dentro da cadeia de logística e produtiva.

“O Brasil tem uma dívida histórica com a região Norte. Quando o Norte vai bem, São Paulo vai bem, Minas Gerais vai bem”, finalizou o ministro.

Durante a solenidade de abertura do Norte Export, o Grupo Brasil Export e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) assinaram um termo de cooperação técnica visando melhorias na infraestrutura de transporte aéreo e de hidrovias na região Norte. O documento foi assinado pelo CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, e pelo titular do MPor, Silvio Costa Filho. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

Durante a solenidade de abertura do Norte Export, o Grupo Brasil Export e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) assinaram um termo de cooperação técnica visando melhorias na infraestrutura de transporte aéreo e de hidrovias na região Norte. O documento foi assinado pelo CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, e pelo titular do MPor, Silvio Costa Filho. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 23/07/2024

NORTE EXPORT - IBAMA ESTIMA CONCLUSÃO DE LICENÇAS DO PEDRAL DO LOURENÇO PARA ESTE ANO

Presidente do órgão, Rodrigo Agostinho, diz que uma equipe especial foi designada para tratar do projeto

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebenews.com.br

O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Rodrigo Agostinho, disse que os estudos de viabilidade ambiental para as licenças do derrocamento do Pedral do Lourenço, no Rio Tocantins, devem ser concluídos ainda neste ano.

A declaração ocorreu durante a solenidade de abertura do Norte Export, Fórum Regional de Logística, Infraestrutura e Transportes, que em 2024 é realizado em Palmas, capital do Tocantins.



Para o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, as obras de derrocagem e dragagem do Pedral do Lourenço é uma das mais complexas em infraestrutura atualmente no país. Reprodução/TV BE News

Segundo Agostinho, as obras de derrocagem e dragagem do Pedral de Lourenço são uma das mais complexas em infraestrutura atualmente no país. Ela é um dos principais obstáculos para a criação da hidrovia Araguaia-Tocantins, localizada no município de Itupiranga, no Pará.

De acordo com o presidente do Instituto Ambiental, o órgão designou uma equipe especial que foi formada com a proposta de analisar e autorizar os estudos.

“Trata-se de uma obra desejada pelo estado do Tocantins. Nós recebemos os estudos neste mês de julho e uma equipe foi formada especialmente para analisar esses estudos. O grupo vai ficar integralmente com essa análise. Pretendemos concluir essa análise em no máximo quatro meses, ou seja, ainda esse ano teremos a conclusão dessa análise de estudos do Pedral de Lourenço, dentro do Rio Tocantins”, comentou.

Agostinho revelou que, atualmente, o Ibama trabalha com 35 tipos de diferentes licenciamentos.

Durante sua fala, o presidente do Ibama destacou que é preciso que a iniciativa privada designe bons projetos e com ampla qualidade, para facilitar e acelerar o trabalho de análise dos servidores ambientais para liberação de licenciamentos de futuros empreendimentos.

“Quando os estudos chegam com qualidade, projetos que são bem feitos, as coisas andam muito mais rápido. Digo aqui que houve uma melhora significativa na qualidade em projetos do setor de transportes. É muito importante que cheguem até os órgãos ambientais com alta qualidade, para que nosso servidor se sinta tranquilo em analisar e aprovar os licenciamentos”, completou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/07/2024

NORTE EXPORT - CEO DO BRASIL EXPORT PEDE DESBUROCRATIZAÇÃO PARA PROJETOS NO NORTE

Fabrizio Julião destacou a união dos agentes públicos e do diálogo para debater o setor

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebenews.com.br



O CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, acredita que é necessário mais celeridade para eliminação das burocracias enfrentadas pela iniciativa privada dentro do setor. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

O CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, discursou na solenidade de abertura do Norte Export, Fórum Regional de Logística, Infraestrutura e Transportes, que em 2024 é realizado em Palmas, capital do Tocantins, e pediu celeridade e eliminação de burocracias para o avanço de importantes projetos de infraestrutura, visando o desenvolvimento do estado e de toda a região.

Julião destacou a necessidade por diversos itens, para que a região possa desenvolver melhor a sua produção e que, ao mesmo tempo, possa escoar seus produtos para outros estados e regiões do país.

Segundo ele, as palavras necessárias são: planejamento, segurança jurídica, união e diálogo.

“Temos que não só discutir o hoje, os problemas que enfrentamos, mas talvez discutir Palmas lá em 2040, pensar em tudo que vai acontecer para o crescimento da safra que nunca vai parar de crescer. Bons projetos precisam ser valorizados, mais consistentes e que tragam desenvolvimento para essa região”, comentou.

O CEO do Brasil Export classificou que é necessária uma maior celeridade para eliminação das burocracias enfrentadas pela iniciativa privada dentro do setor.

“Não podemos ficar de 5 a 10 anos aguardando aprovações. Porque as condições financeiras mudam e as oportunidades passam. Precisamos de diálogo. Eu sempre falei que o setor da infraestrutura e da logística se comunicou muito mal e nós precisamos de diálogo o tempo todo para continuar crescendo. Diálogos como esse, fóruns como é o Norte Export, tenho certeza, transformam o setor”, reforçou.



O Grupo Brasil Export empossou Edson Souki, presidente da Granel Química do Brasil, como conselheiro nacional do Brasil Export. A entrega do pin do Brasil Export foi feita pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, pelo presidente do Conselho do Norte Export, Sergio Aquino, e pelo presidente do Conselho Nacional do Brasil Export, José Roberto Campos. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

Por fim, Julião enalteceu a união dos poderes e agentes públicos, independente de questões políticas e partidárias.

“Encontramos dentro do ambiente do Brasil Export membros do Governo Federal, governos estaduais. Acabaram-se as disputas e estamos todos na mesma mesa. Temos que ter união dos entes, dos órgãos de controle, dos municípios e aqui nós temos um grande exemplo”, completou.

O Norte Export é uma edição regional do Brasil Export, principal fórum de debates sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura do País. Sua programação é transmitida pela TV BE News, pelo seu canal no Youtube (@tv_benews) e pelo site www.tvbenews.com.br.



Participaram da solenidade de abertura do Norte Export o CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião; o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho; o vice-governador do Tocantins, Laurez da Rocha Moreira; a senadora Professora Dorinha Seabra (União Brasil); os deputados federais Ricardo Ayres (Republicanos-TO) e Sidney Leite (PSD-AM); o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery; o diretor da Antaq Almirante Wilson Lima Filho; o presidente do Ibama,

Rodrigo Agostinho; secretário nacional de Aviação Civil, Tomé Franca; o secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Batista; o presidente do Conselho Nacional do Brasil Export, José Roberto Campos; o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) e do Conselho do Norte Export, Sérgio Aquino; a advogada e presidente do Conselho do Tocantins Export, Fernanda Araújo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/07/2024

NORTE EXPORT - SECRETÁRIO AFIRMA QUE GOVERNO INVESTIRÁ R\$ 1 BI EM AEROPORTOS DO NORTE

Segundo Tomé Franca, ao todo 11 terminais passarão por uma requalificação da infraestrutura
Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebenews.com.br

O Governo Federal pretende fazer investimentos de cerca de R\$ 1 bilhão para requalificação da infraestrutura aeroportuária da Região Norte. A informação foi dada pelo secretário nacional de Aviação Civil, do Ministério de Portos e Aeroportos, Tomé Franca.

O secretário foi uma das autoridades que discursaram na solenidade de abertura do Norte Export, Fórum Regional de Logística, Infraestrutura e Transportes, que em 2024 é realizado em Palmas, capital do Tocantins.



O secretário foi uma das autoridades que discursaram na solenidade de abertura do Norte Export, Fórum Regional de Logística, Infraestrutura e Transportes, que em 2024 é realizado em Palmas, capital do Tocantins. Foto: Grupo Brasil Export

Segundo Franca, os altos investimentos estão previstos para ocorrer até o final de 2024.

“Serão, ao todo, 11 aeroportos requalificados. Temos aí o desafio da COP-30 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas), então precisamos antecipar esses investimentos no aeroporto de Belém no sentido de deixar esse legado para a região Norte. Os investimentos vão crescer e vamos deixar uma infraestrutura ainda mais equilibrada e pronta para receber o crescimento que teremos aqui nos próximos anos”, esclareceu.

O secretário enalteceu que o Governo Federal tem um compromisso importante dentro da agenda de desenvolvimento da infraestrutura da região Norte.

“O governo Lula deseja superar esse déficit que o país tem com a região. O Brasil Export captou essa mensagem e estão de parabéns por fazer o fórum na região”, destacou.

Estado em crescimento

O vice-governador do Tocantins, Laurez da Rocha Moreira, pontuou que o estado é fundamental para o escoamento de produtos devido à sua ligação com todas as regiões do país. Ele afirmou que é preciso investimentos em infraestrutura.

“Hoje somos um dos maiores produtores de grãos desse país e sabemos que infraestrutura é fundamental para o desenvolvimento do estado. Precisamos ajudar os portos de Paranaguá (PR) e de Santos (SP), tirando parte dos produtos que são exportados por ali e levá-los em direção ao Norte. É preciso desses investimentos para melhorar a questão do transporte”, classificou.

O Norte Export é uma edição regional do Brasil Export, principal fórum de debates sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura do País. Sua programação é transmitida pela TV BE News, pelo seu canal no Youtube (@tv_benews) e pelo site www.tvbenews.com.br.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 23/07/2024

NORTE EXPORT - DINO BATISTA PREVÊ QUE LICITAÇÃO DO RIO MADEIRA SAIA NO INÍCIO DE 2025

Secretário nacional de Hidrovias falou sobre o assunto durante o primeiro painel de debates do Norte Export

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redebenews.com.br



O secretário Dino Basta afirmou que há uma discussão política também sendo feita com o Ministério de Portos e Aeroportos porque há setores contrários à concessão da hidrovia

A licitação da Hidrovia do Rio Madeira deve sair no começo do ano que vem, segundo o secretário nacional de Hidrovias e Navegação do Ministério de Portos e Aeroportos, Dino Batista. A informação foi confirmada por ele durante o primeiro dia do Fórum Regional Norte Export 2024, em Palmas, Tocantins.



O painel “Desenvolvimento das conexões do transporte aquaviário na região Norte e boas iniciativas com ganho de eficiência nas operações portuárias” teve ainda a participação de Renato Freitas, Superintendente da Transglobal e Sérgio Aquino, Presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop).

“Estamos com os estudos finalizados sobre a Hidrovia do Rio Madeira para que até dezembro saia o edital com a licitação ocorrendo no início de 2025, mesma expectativa para que o concessionário já comece as dragagens no ano que vem”, explicou Dino Batista.

O secretário afirmou, ainda, que há uma discussão política também sendo feita com o Ministério de Portos e Aeroportos porque há setores contrários à concessão. “Estamos dialogando e pedindo que esses setores tragam seus dados para analisarmos”, disse ele, que ressaltou a importância da concessão para dar viabilidade à utilização do Madeira.

A hidrovia é uma das mais importantes vias de transporte localizadas no chamado Corredor Logístico Norte. É, também, a segunda hidrovia mais importante do Norte, atrás apenas da hidrovia do Amazonas, da qual é um dos principais afluentes da margem direita.

Entre suas características está o fato de ser o principal meio de escoamento da produção de grãos, como soja, milho e açúcar proveniente das plantações de Mato Grosso. Esses grãos chegam ao porto de Porto Velho (RO), depois de um percurso de 800 km pela BR-364. Na hidrovia são realizados os deslocamentos de passageiros e o transporte de carga que tem como destino os grandes centros da região Centro-Oeste.

A hidrovia permite a navegação de grandes comboios, com até 18 mil toneladas, mesmo durante a estiagem. A largura varia entre 440 metros e 9.900 metros, e a profundidade oscila de acordo com as estações seca e chuvosa, e pode chegar a 13 metros.

O diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Wilson Lima Filho, disse que a concessão hidroviária é a solução para enfrentar a seca da região norte, que será mais severa neste ano.

“Estamos no momento das hidrovias. Elas são mais eficientes e sustentáveis e serão muito positivas para a logística brasileira”, concluiu.

O Norte Export é uma edição regional do Brasil Export, principal fórum de debates sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura do País. Sua programação é transmitida pela TV BE News, pelo seu canal no Youtube (@tv_benews) e pelo site www.tvbenews.com.br.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/07/2024

REGIÃO NORTE - INFRAJUR DEBATE IMPORTÂNCIA DA CONCILIAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL EM PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

Os impactos econômicos dos aspectos jurídicos no setor foram discutidos no painel do encontro, dentro da programação do Norte Export

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebenews.com.br

Os impactos econômicos dos aspectos jurídicos em projetos de infraestrutura foram discutidos durante o primeiro painel do InfraJur – Encontro Nacional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes. Durante a conversa, autoridades e especialistas abordaram a conciliação pré-processual como uma forma de incentivar soluções extrajudiciais para resolver conflitos que dificultam as concessões no setor.



Para os debatedores, a conciliação pré-processual é uma forma de incentivar soluções extrajudiciais para resolver conflitos que dificultam as concessões no setor de infraestrutura.

O debate ocorreu nesta segunda-feira (22), como parte da programação do Norte Export, fórum organizado pelo Grupo Brasil Export para discutir temas vitais de logística, infraestrutura e transportes na região Norte do Brasil. O evento acontece nesta segunda e terça-feira (22 e 23), em Palmas, Tocantins.

O tema foi introduzido por Celso Peel, desembargador do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que explicou que a litigiosidade excessiva tem sido uma preocupação constante para o Poder Judiciário. Segundo Peel, comparando com outros países, o Japão possui menos de 2.000 ações por 100 mil habitantes, a Alemanha tem 12 mil, e o Brasil chega a 40 mil.

O pré-processual é uma etapa preliminar destinada a resolver disputas por meio de mediação ou conciliação antes do início de um processo judicial formal. O objetivo é encontrar uma solução amigável para o conflito, evitando a necessidade de julgamento.

Fernanda Araújo, sócia da Araújo e Araújo Advogados Associados, destacou a importância do debate sobre questões pré-processuais, especialmente no contexto da criação da Hidrovia Tocantins-Araguaia, atualmente paralisada principalmente por problemas ambientais.

“Questões pré-processuais podem reduzir a quantidade de processos no Judiciário, evitando que obras sejam paralisadas por ações intermináveis. Esses mecanismos certamente contribuirão para investimentos mais robustos, melhoria da logística do país e integração necessária”, destacou.

Ela mencionou que, no Tocantins, algumas ações já foram implementadas nesse sentido, incluindo a criação de comitês para resolver passivos ambientais. “Destruir investimentos, alcançar a verdadeira liberdade econômica e manter um meio ambiente equilibrado sem aumentar os litígios são objetivos essenciais”, afirmou.

A moderação do debate foi conduzida por Larry Carvalho, sócio da RC Law/Rabb Carvalho Advogados Associados. Também participou do painel “Litigiosidade e Medidas Pré-processuais (CES/passivos ambientais/desafios do eclusamento das barragens das hidrovias Tocantins e Araguaia)” Murilo Centeno, subprocurador da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflito da Procuradoria do Tocantins.



Participante do painel do InfraJur, a sócia da Araújo e Araújo Advogados Associados, Fernanda Araújo, foi empossada pelo Grupo Brasil Export como presidente do Conselho do Tocantins Export. A cerimônia simbólica de posse foi realizada na solenidade de abertura do Norte Export. A entrega do pin do Brasil Export a ela foi feita pela presidente do Conselho Feminino do grupo, Gilmará Temóteo.

O Norte Export é uma edição regional do Brasil Export, principal fórum de debates sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura do País. Sua programação é

transmitida pela TV BE News, pelo seu canal no Youtube (@tv_benews) e pelo site www.tvbenews.com.br.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 23/07/2024

REGIÃO NORTE TERÇA-FEIRA, 23 DE JULHO DE 2024 COMITIVA FAZ VISITA A TERMINAIS DA VLI E DA GRANEL QUÍMICA

Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redebeneews.com.br



A programação do primeiro dia de atividades do Norte Export, no Tocantins, começou na manhã de segunda-feira, dia 22. A comitiva liderada pelo Grupo Brasil Export realizou uma visita técnica ao Terminal Integrador de Porto Nacional, operado pela VLI. Lá, foi possível acompanhar, por exemplo, o carregamento ferroviário do empreendimento.



Logo depois, a delegação visitou o terminal de graneis líquidos da Norship/Granel Química. Assim como o Terminal Integrador, essa unidade fica na cidade de Porto Nacional, que fica a cerca de 60 km da capital, Palmas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 23/07/2024



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

BIODIESEL: A SOLUÇÃO EFETIVA PARA A DESCARBONIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE CARGA NO BRASIL

Biodiesel tem papel essencial na descarbonização da frota de caminhões brasileira, promovendo sustentabilidade econômica e ambiental, analisa Camilo Adas

Por Opinião 23 de julho de 2024 Em Biocombustíveis, Bioeconomia, Colunas e opinião, Política energética



O pesquisador Camilo Adas é diretor de Transição Energética na Be8 e diretor de Energia da Fiesp (Foto: Divulgação)

A Revolução Industrial trouxe invenções que transformaram os transportes. A máquina a vapor e os vários tipos de motores a combustão, os motores elétricos, as turbinas e tantos outros engenhos permitiram o progresso e a evolução da sociedade. Ao longo dessa jornada uma máquina se difundiu amplamente: o motor de ciclo diesel.

Este motor, que pode trabalhar em dois ou quatro tempos, foi inicialmente usado como uma alternativa mais eficiente aos motores a vapor estacionários e adotados em navios e submarinos. Rapidamente seu uso se expandiu para locomotivas, ônibus, caminhões, equipamentos pesados, máquinas agrícolas e sistemas estacionários de geração de energia elétrica.



Em 1893 Rudolf Diesel publicou uma patente explorando os efeitos da explosão que ocorre ao injetar óleo misturado com oxigênio em um recipiente. Diesel apresentou seu motor na feira internacional de Paris usando óleo de amendoim. Na virada para o século XX, como hoje, um período de grandes transformações tecnológicas aconteceu e entre elas estava o surgimento do motor diesel.

Embora projetado para funcionar com óleo vegetal, foi o produto oleoso da primeira fase de refino do petróleo bruto que se denominou de “óleo diesel”, em homenagem ao inventor da máquina termomecânica. No entanto, isso não significa que todos os motores de “ciclo diesel” devam trabalhar exclusivamente com o óleo diesel refinado do petróleo. Desde que a pressão no sistema de injeção seja regulada, um motor pode funcionar com qualquer tipo de óleo, seja de origem fóssil, vegetal ou animal.

Hoje sabemos que a dependência de combustíveis fósseis para a propulsão da mobilidade tem contribuído significativamente para a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE), afetando o clima global. Devido sua ampla utilização, o motor diesel tem grande participação no problema, mas é também uma das mais imediatas e efetivas possibilidades de solução.

Um país com mais de 2 milhões de caminhões em utilização

O Brasil possui mais de 2 milhões de caminhões na frota circulante, sendo sua vida média cerca de 12 anos. No país ainda circulam caminhões com 20 anos ou mais. A taxa de substituição por veículos novos é muito baixa, apesar das tentativas como o Programa Renovar-Auto.

Por outro lado, mesmo que houvesse uma grande renovação da frota circulante, não há clareza a respeito de tecnologias substitutivas que de fato virão a promover a descarbonização a um custo acessível para mercado. Não há como imaginar o modal rodoviário brasileiro movido a motores elétricos, tantos seriam os entraves.

Isso é ainda mais desafiador face a realidade de caminhoneiros autônomos com mais baixo poder aquisitivo. Na verdade, a forma imediata e efetiva de descarbonizar o modal rodoviário brasileiro é através da utilização de biocombustíveis na frota circulante.

Não obstante, o país precisa continuar trabalhando para o uso de motores a combustão por biometano e da eletrificação em nichos como a “última milha” ou o ônibus urbano. Motores a combustão por hidrogênio ou por células de troca de prótons (Célula PEM), são uma opção para o transporte interestadual brasileiro a longo prazo.

Temos avançado muito, seguindo tendências mundiais bastante exigentes para a mitigação das emissões locais (CO, NOx, material particulado, entre outros). Mas tais avanços normativos e legislativos não reduzem os riscos de aumento da temperatura atmosférica, pois é a emissão de dióxido de carbono (CO2) que causa esse efeito.

Precisamos voltar à origem do desenvolvimento de Rudolf Diesel na tentativa de balancear a emissão de GEE, precisamos voltar a utilizar óleos vegetais como energéticos para a frota circulante, o mais rápido possível.

HVO e SAF: um dilema econômico

Neste sentido, duas possibilidades principais se abrem. O óleo vegetal hidrogenado e o biodiesel. O primeiro seria o combustível perfeito, pois sua molécula é idêntica ao produto de fonte fóssil. Muitos esperam por este produto estar disponível para abastecimento em grande escala.

Também conhecido como diesel verde, ou pela sigla em inglês “HVO” (Hydrotreated Vegetable Oil), a commodity tem um alto valor no mercado, o que diminui suas possibilidades de contribuir para a solução do problema de maneira massiva no nosso território.

Aqui também é preciso compreender a concorrência entre o diesel verde e o Combustível Sustentável para a Aviação (SAF, na sigla em inglês).



A aviação internacional não tem alternativa de curto prazo para descarbonizar o setor, além do SAF. O peso de baterias ou a falta de maturidade industrial para a propulsão a hidrogênio torna pouco provável que a próxima geração de aviões utilize propulsão eletrificada.

Uma alternativa interessante para abastecer o avião é o Alcohol-to-Jet de 2ª geração. A Raízen é um expoente internacional para este tipo de tecnologia, mas essa jornada ainda está começando e, provavelmente será longa, se considerado o lobby das empresas internacionais deste setor.

Fortemente influenciado pelas decisões da União Europeia, a regulação da aviação tem definido critérios bastante restritivos e com forte influência geopolítica. Os e-Fuels (combustíveis sintéticos avançados) ainda tem altíssimo custo de produção e não são viáveis no momento. Resta ao SAF para fazer voar os aviões.

SAF e HVO competem entre si. Seja com relação aos recursos financeiros para a construção de usinas produtoras, seja com relação à fonte da matéria-prima, seja em função da demanda puxada pelas restrições normativas internacionais, é intuitivo concluir que é mais vantajoso comercializar SAF do que HVO. Tudo isso está gerando uma forte tendência a priorizar o modal aeroviário na utilização destes óleos vegetais.

Apesar de não haver uma indexação direta entre o preço do óleo diesel e o preço do HVO, ao longo do tempo, o preço tem oscilado em uma faixa próxima a 100% de aumento de custo para o produto vegetal. O HVO não tem se mostrado viável no curto ou médio prazo no Brasil, tendência que ainda deve durar mais de uma década. Assim sendo, muitos projetos já foram anunciados, mas estão avançando lentamente.

Biodiesel é a forma efetiva e viável para a descarbonização de caminhões

O biodiesel é uma alternativa realista para a descarbonização, quando comparado ao diesel verde.

Os principais produtores mundiais de biodiesel são os Estados Unidos, a Indonésia e o Brasil. Embora pouco se divulgue, Alemanha e China também fazem parte dos países com produção significativa. A indústria brasileira de biodiesel está se recuperando de uma queda em 2022, quando a mistura obrigatória foi reduzida para 10%. Com a retomada da progressão da mistura para 14% este ano e 15% no próximo, espera-se que o Brasil se aproxime novamente dos líderes.

As pesquisas sobre biodiesel no Brasil, iniciadas pelo Instituto Nacional de Tecnologia na década de 1920, ganharam destaque com a criação do Pró-Óleo após o choque dos preços do petróleo nos anos 1970. No entanto, a queda dos preços do petróleo nos anos 1980 e o sucesso do Pró-Alcool relegaram o Pró-Óleo a um papel secundário na política energética nacional.

Em 2004, o governo brasileiro retomou o foco no biodiesel com o lançamento do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e do Marco Regulatório para a introdução do biodiesel na Matriz Energética Brasileira, com integração produtiva da agricultura familiar.

Em 2005, o Governo Federal lançou o Selo Combustível Social (renomeado para Selo Biocombustível Social em 2020) e definiu o plano de formação e consolidação do mercado interno de biodiesel para o período de 2005-2010. Em junho de 2017, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou as diretrizes estratégicas do RenovaBio.

Se considerado os aspectos de sustentabilidade econômico, social e ambiental, o biodiesel precisa ser visto como a solução mais imediata e efetiva para descarbonizar a frota de caminhões em circulação no Brasil, tanto no presente quanto provavelmente na próxima década.

Utilizando a soja como sua principal matéria-prima, o biodiesel brasileiro sustenta a agricultura familiar em muitos estados do país. A coleta de óleo de cozinha utilizado promove a reciclabilidade e a oportunidade de trabalho para coletores profissionais, muitos dos quais não encontrariam emprego nos ramos tradicionais. A capilaridade da produção, a organização através de cooperativas, a

possibilidade de utilização do óleo de cozinha usado e das gorduras animais fazem do biodiesel um exemplo real de economia circular.

Ao contrário do que prega a narrativa “prato ou tanque”, a fabricação do biodiesel é uma pequena parte dos produtos oriundos da soja, sendo que a maior parte é o farelo de soja utilizando na alimentação pecuária, fonte de proteína animal para a alimentação humana, no Brasil e na exportação para o exterior.

Os desafios do aumento da mistura

No entanto, existem críticas significativas em relação ao aumento da mistura de biodiesel com o óleo diesel, sendo o próprio setor de transportes uma das principais barreiras para a descarbonização do modal rodoviário.

Essas críticas estão relacionadas à qualidade insuficiente do biodiesel proveniente de algumas usinas do país, a irregularidades de algumas distribuidoras no processo de mistura com óleo diesel e falta de qualidade da tancagem e abastecimento. Isso é um contrassenso se comparamos com o rigor das exigências para o biodiesel no mercado brasileiro. Nossas normas para biodiesel são reconhecidas como as mais rigorosas do mundo.

Há décadas a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) regula a produção e comercialização do biodiesel no Brasil, seguindo o estado da arte internacional sobre o tema.

Mais recentemente, a Resolução ANP nº 857/2021 estabeleceu um novo modelo de comercialização de biodiesel, seguindo as diretrizes da Resolução CNPE nº 14/2020. A Resolução ANP nº 910/2022 permitiu o uso experimental ou específico de biodiesel ou de sua mistura com óleo diesel A em quantidade superior ao percentual de adição de biodiesel obrigatória. Em 2023, a Resolução nº 3 determinou a adição progressiva de biodiesel ao óleo diesel, atingindo 15% em 2026, e a Resolução ANP nº 920 estabeleceu as especificações do biodiesel e as obrigações de controle de qualidade para os agentes econômicos que comercializam o produto no Brasil.

Essas normas, juntamente com a participação dos representantes técnicos da ANP no Programa de Monitoramento da Qualidade do Biodiesel, garantem que o biodiesel brasileiro seja produzido e comercializado de acordo com os mais altos padrões de qualidade e sustentabilidade.

Em 28 de fevereiro de 2019, o Ministério de Minas e Energia (MME) publicou um relatório que, infelizmente, não tem sido levado a termo de forma estruturada, pela indústria nacional. O relatório do Grupo de Trabalho para Testes com Biodiesel, estabelecido pelas Portarias MME nº 262/2016 e nº 80/2017, apresenta recomendações importantes para a validação do uso de biodiesel B15 em motores e veículos.

Através dele o MME solicitava aos fabricantes que apresentassem ao Governo Federal, em até 6 meses, os resultados de testes ainda não concluídos e de novos testes específicos para as preocupações que haviam sido levantadas em testes realizados ao longo de anos anteriores. Além disso, os fabricantes foram incentivados a aprimorar suas tecnologias e produtos para o uso progressivo de biodiesel. Isso ainda não aconteceu.

B100 já é realidade

Empresas brasileiras, como a Amaggi, a JBS, o Grupo Potencial e a Be8, estão dando exemplos de que a utilização de biodiesel a 100% é possível e viável.

A Amaggi usa seu biodiesel puro (B100) em suas máquinas e equipamentos na Fazenda Sete Lagoas, em Diamantino (MT).

A JBS realiza testes com um caminhão, abastecido exclusivamente com biodiesel de sua própria produção.

O Grupo Potencial realiza testes com caminhões de sua frota, mostrando que o veículo abastecido com biodiesel 100% (B100) foi em média 2,33% mais econômico na comparação uma mistura B14.

A Be8 lançou um produto específico para utilização B100 em motores ciclo diesel nos modais rodoviário, hidroviário e marítimo ou ferroviário.

Essas iniciativas demonstram que o B100 já é uma alternativa para a descarbonização da matriz energética no transporte brasileiro.

A transição energética no Brasil depende de uma combinação de rotas tecnológicas e de marcos regulatórios que aumentem os mecanismos financeiros de projetos de baixo carbono.

O Projeto de Lei (PL) 528/2020, conhecido como “Combustível do Futuro”, atualmente em análise no Senado, representa um marco histórico para essa transição. Este projeto propõe iniciativas para promover a mobilidade sustentável de baixo carbono e introduzir novos biocombustíveis na matriz energética nacional.

Vivemos um momento crucial da história dos transportes de carga por meio de máquinas movidas a motores diesel. Não podemos acreditar ou esperar que uma nova tecnologia chegue para descarbonizar de maneira efetiva o setor. Isso ainda vai demorar.

Não podemos nos furtar a progredir testando e aprimorando as boas práticas de utilização. Devemos garantir que a frota circulante de caminhões brasileiros participe das reduções de emissões de GEE de maneira efetiva e imediata. Para isso, somente o aumento da mistura e a utilização de biodiesel a 100% tem a possibilidade de trazer uma contribuição efetiva para o setor nos curto e médio prazos.

Este artigo expressa exclusivamente a posição do autor e não necessariamente da instituição para a qual trabalha ou está vinculado.

Camilo Adas, MSc, é pesquisador e membro do Conselho da SAE Brasil, com foco em tecnologia. É membro do Conselho do Acordo de Cooperação Mobilidade de Baixo Carbono para o Brasil e diretor de Transição Energética na Be8, é responsável pelas estratégias de descarbonização veicular através de biocombustíveis e hidrogênio de baixo carbono. Lidera o grupo de trabalho de promoção de indústrias para a economia do hidrogênio de baixo carbono e o grupo de descarbonização e pegada de carbono do setor naval, em colaboração do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) com o governo brasileiro. É diretor de Energia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 23/07/2024

UNIÃO EUROPEIA FORMALIZA DOAÇÃO DE 20 MILHÕES DE EUROS PARA O FUNDO AMAZÔNIA

Recursos não reembolsáveis financiam ações de proteção da floresta
Por epbr 23 de julho de 2024 Em *Clima, Meio ambiente*



Carta assinada pelo residente do BNDES, Aloizio Mercadante, e pela comissária da UE para Parcerias Internacionais, Jutta Urpilainen, formaliza doação ao Fundo Amazônia (Foto: Gabriel Souza/BNDES/Divulgação)

BRASÍLIA — O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a União Europeia assinaram, na segunda (22/7), uma carta de intenções formalizando a doação de 20 milhões de euros (aproximadamente R\$ 120 milhões) ao Fundo Amazônia, com foco no apoio ao desenvolvimento sustentável da região.



O Fundo Amazônia tem hoje R\$ 3,9 bilhões em recursos não reembolsáveis oriundos de doações. No ano passado, o mecanismo bateu recorde de investimentos em novos projetos, após quatro anos desativado.

Atualmente, 114 projetos são apoiados, e vão do Arco da Restauração (maior projeto de restauro de florestas nativas) ao fortalecimento do Corpo de Bombeiros no enfrentamento a incêndios e o combate ao crime organizado na região. De acordo com o BNDES, que gerencia o fundo, cerca de 240 mil pessoas são beneficiadas com atividades produtivas sustentáveis.

“Essa sinalização é muito importante porque é uma contribuição do conjunto dos 27 países que fazem a União Europeia. Tem um significado maior, dá muito respaldo e credibilidade ao Fundo Amazônia, que se consolidou por ter uma gestão transparente, eficiente, responsável e por responder a uma das principais demandas, que é dramática crise climática do planeta. Nós reduzimos em 50% o desmatamento, é por isso que essas contribuições estão sendo fortalecidas”, afirmou o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, em evento no Rio.

Empréstimo para economia verde

Além da doação da UE ao Fundo Amazônia, o presidente do BNDES também anunciou que foram concluídas as negociações com o Banco Europeu de Investimentos (BEI) para o financiamento, de 300 milhões de euros, vinculado à transição energética, economia verde e transição digital.

“Nós já concluímos também a garantia soberana do Ministério da Fazenda e, agora, vai para o Senado Federal. Assim que for aprovado pela comissão, estarão liberados os recursos. É mais dinheiro para nossa economia”, explicou.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 23/07/2024

NATURGY APRESENTA PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DAS CONCESSÕES DE GÁS NO RIO

Empresa manifestou interesse em renovar os contratos de concessão da CEG e CEG Rio por mais 30 anos

Por André Ramalho 23 de julho de 2024 Em Empresas, Mercado de gás

RIO – A Naturgy apresentou, dentro do prazo, o pedido formal de prorrogação dos contratos de concessão da CEG e CEG Rio, informou nesta terça-feira (23/7) a Agenesra, a agência reguladora do Rio de Janeiro.

O prazo para formalização do interesse venceu no dia 21 de julho – 36 meses antes do término do contrato.

Os contratos têm 30 anos de duração e podem ser prorrogados por igual período, desde que a decisão do Estado seja respaldada pelos relatórios técnicos da Agenesra sobre a regularidade e qualidade dos serviços.

Além disso, as concessionárias precisam também apresentar os comprovantes de regularidade fiscal, previdenciárias e outros encargos previstos nas normas legais e regulamentares vigentes.

Os próximos passos

Para subsidiar a decisão do governo estadual sobre a renovação ou não das concessões, a Agenesra editou na semana passada uma instrução normativa com os critérios e procedimentos para apreciação de pedido de prorrogação da concessão por parte das concessionárias.

As empresas têm até 22 de outubro para apresentar as versões finais de uma série de documentos, como os relatórios de desempenho operacional, de auditoria técnica e de expansão e modernização; os planos de investimentos e de expansão de rede; e o estudo técnico de vantajosidade econômica da prorrogação do contrato.

Caberá à Agenesra analisar todos os documentos – incluindo a realização de audiências ou consultas públicas – até janeiro de 2026.

A agência também firmou, em março, um termo de cooperação técnica com a Secretaria de Energia e Economia do Mar (Seenemar) para atuarem em conjunto na definição do valuation (valoração) da concessão.

Com os números em mãos, caberá à secretaria propor a modelagem de um novo processo licitatório, se esta for a opção no lugar da renovação da concessão.

Os contratos vencem em 2027, após o mandato do atual governador Cláudio Castro (PL) – e que não será candidato em 2026. O Rio ainda tem um cenário eleitoral incerto e que deve clarear a partir das alianças e resultados do pleito municipal deste ano.

Concessões têm litígios pendentes

A três anos do fim das concessões, o governo do Rio e a Naturgy ainda tentam destravar algumas pendências.

A 4ª Revisão Tarifária da CEG e CEG Rio, válida para o quinquênio 2018-2022, era para ter acontecido ainda em 2018, mas desde então, as votações foram suspensas por embargos e liminares apresentadas pelas distribuidoras. Com isso, a 5ª Revisão Tarifária (2023-2027) também atrasou.

Um conflito entre as partes, sobre a assinatura do 3º termo aditivo aos contratos de concessão, em 2013, foi judicializado e vem travando as revisões. Naturgy e o governo do Rio tentam chegar a um acordo e, em seguida, avançar com as RTs.

A ideia é limpar as pendências, para avançar na definição do futuro das concessões.

No fim de 2023, a Naturgy encerrou um outro litígio envolvendo as concessões, ao assinar contratos de suprimento de longo prazo com a Petrobras – que encerraram uma disputa judicial de dois anos sobre os preços do gás natural entre as duas companhias.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 23/07/2024

SERVIDORES DE AGÊNCIAS REJEITAM PROPOSTA DO GOVERNO E MARCAM PARALISAÇÃO PARA 31 DE JULHO

Sindicato que representa a categoria diz que oferta do governo foi rejeitada por 99% das categorias e 92% dos servidores aprovaram a interrupção das atividades

Por Fernando Caixeta 23 de julho de 2024 Em Petróleo e gás, Política energética, Setor elétrico



Manifestação de servidores em frente ao MGI (Foto: Douglas Neris/Bancillon Comunicações)

BRASÍLIA – Os servidores das agências reguladoras rejeitaram a segunda proposta apresentada pelo governo e anunciaram a convocação de uma paralisação geral entre os dias 31 de julho e 1º de agosto. Servidores de todas as 11 agências reguladoras deverão interromper a prestação de serviços, como controle e fiscalização.

Esta é a segunda proposta apresentada pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MG) e a primeira após a mobilização, batizada de Valoriza Regulação. As negociações

O governo ofereceu à categoria um aumento de 21,4% para os cargos de carreira e 13,4% para o Plano Especial de Cargos (PEC), divididos em duas parcelas: janeiro de 2025 e abril de 2026. Para o Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências), a proposta não cobre as perdas inflacionárias entre 2017 e 2024, considerando tanto o IGP-M quanto o IPCA.

“Não se trata de mero índice de reajuste, mas de reposicionamento remuneratório que confira à categoria o devido reconhecimento e o fim das disparidades apontadas por ministros do próprio governo em ofícios endereçados ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI)”, manifestou o sindicato.

Embora não contemple os pleitos das categorias da regulação, se formalizada, a nova proposta já representa um avanço em relação à anterior, formulada na terceira reunião da mesa de negociação, que incluía um reajuste de 9% em 2025 e 3,5% em 2026.

Perda de pessoal

Segundo levantamento do Sinagências, desde 2008, as agências reguladoras perderam 3.800 servidores, seja por abandono de carreira, morte, aposentadorias ou outros motivos. Em média, de acordo com o sindicato, as agências perdem um servidor por dia útil.

Os servidores defendem a equiparação salarial com o ciclo de gestão para especialistas em regulação, analistas administrativos e PECs de nível superior. Para técnicos em regulação, técnicos administrativos e PECs de nível intermediário, a demanda é por um patamar remuneratório correspondente a 75% da remuneração dos cargos de nível superior das agências.

Além das questões salariais, o Sinagências também propõe a reestruturação das carreiras, com a mudança de nomenclatura dos cargos para auditor federal em regulação e agente federal em regulação, sem alteração nas atribuições e estrutura remuneratória dos servidores.

Outras demandas incluem a definição das atividades das agências como típicas e exclusivas do Estado, e a revisão da Lei do Subsídio para permitir o recebimento de verbas de natureza indenizatória, como adicionais de periculosidade e insalubridade.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 23/07/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO PRECISA DEFINIR PROJEÇÕES DE RECEITAS PARA 2025 ATÉ SEXTA PARA NÃO ATRASAR O ORÇAMENTO

Ministérios ainda aguardam previsão orçamentária para fazerem a divisão de recursos de gastos com custeio e investimento

Por Geralda Doca — Brasília



O Congresso Nacional — Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo/12-03-2021

Para evitar atrasos na elaboração da proposta de Orçamento de 2025, o governo precisa definir até esta sexta-feira, 26 de julho, a projeção total de receitas, correntes e extraordinárias, para o próximo ano. Segundo um integrante do alto escalão, sem essas estimativas, o Ministério do Planejamento não consegue detalhar o limite de recursos a que cada ministério terá direito no próximo ano.

O prazo para o envio desses limites de cada pasta estava previsto entre 28 de junho e 18 de julho, mas até agora nada foi feito. Ainda não há um novo prazo, mas expectativa é que, com os referências de receitas, até o início de agosto, os ministérios sejam informados sobre o quanto poderão gastar em 2025. O Orçamento vai ao Congresso no dia 31 de agosto.

A partir do recebimento dos dados, os técnicos das pastas fazem a distribuição da previsão orçamentária entre os gastos de custeio e investimentos. Em caso de insuficiência orçamentária, os pedidos dos recursos que faltam são levados para análise da Junta de Execução Orçamentária (JEO).

Apesar do congelamento de recursos: Ministério dos Transportes planeja investir R\$ 18 bi em 2024 Segundo interlocutores do Executivo, a Receita Federal, ligada ao Ministério da Fazenda, está com dificuldades para fechar a projeção de receitas, sobretudo extraordinárias. Entre elas, o voto de qualidade (desempate) da Fazenda em processos no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Para fechar as contas públicas em 2025, com déficit zero, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou, na semana passada, corte de R\$ 25,9 bilhões nas despesas. Ele disse que a proposta de Orçamento já contemplava os limites a serem distribuídos pelo Planejamento aos Ministérios.

A maior parte das economias deverá vir com a realização de um pente fino nos benefícios assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficientes da baixa renda e benefícios previdenciários, como auxílio-doença acima de 180 dias e aposentadoria por invalidez. Segundo técnicos a par das discussões, a revisão poderá gerar uma economia de até R\$ 11 bilhões no próximo ano.

Após as eleições municipais, o governo deverá propor ao Congresso um conjunto de medidas para reduzir despesas obrigatórias, com abono salarial (PIS) e seguro desemprego. Estão no radar da equipe econômica, reduzir gastos com benefícios temporários.

Os Ministérios da Fazenda e do Planejamento foram procurados e ainda não se manifestaram.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 23/07/2024

META FISCAL PARA 2024 TEM MAIS CHANCES DE SER CUMPRIDA DO QUE 'SE ESPERAVA HÁ SEIS, SETE MESES', DIZ SECRETÁRIO DO TESOURO

Declarações de Rogério Ceron à GloboNews foram feitas um dia após Ministério da Fazenda anunciar déficit previsto de R\$ 28,8 bilhões, no limite da meta do arcabouço fiscal

Por O GLOBO



O secretário do Tesouro, Rogério Ceron — Foto: Washington Costa/MF

O país tem mais condições de cumprir a meta fiscal para 2024 do que se esperava no início do ano, afirmou nesta terça-feira o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, em entrevista à GloboNews.

As declarações do secretário foram feitas um dia depois de o governo confirmar o congelamento de R\$ 15,5 bilhões em gastos públicos para cumprir a meta fiscal. E, mesmo com essa medida, anunciou que prevê um rombo de R\$ 28,8 bilhões no orçamento deste ano – no limite da meta.

A meta fiscal foi incluída no Orçamento de 2024 e está sujeita às regras do novo arcabouço fiscal. Para este ano, o governo previu déficit/superávit zero – ou seja, gastar exatamente o quanto arrecadar, sem aumentar nem reduzir a dívida pública federal.

A meta, no entanto, tem um intervalo de tolerância de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para cima ou para baixo. Ou seja, uma tolerância para déficit ou superávit de até R\$ 28,8 bilhões.

De acordo com o G1, se a meta for descumprida, o governo enfrentará um 2025 de regras ainda mais restritas: não poderá criar cargos nem dar reajustes acima da inflação em benefícios, por exemplo – e terá que fazer um esforço ainda maior para cortar gastos.

Segundo Rogério Ceron, o relatório apresentado na segunda-feira mostra que o governo tem "condições críveis" de cumprir a meta – ainda que próximo ao limite máximo.

"De fato, nós mostramos a todos que nós adotamos as medidas necessárias quando elas são exigidas. E o bloqueio, o contingenciamento que será executado, mais o relatório que divulgamos, ele mostra que o cenário de cumprimento da meta fiscal – ao contrário do que a maioria acreditava no início do ano, que era praticamente impossível ser cumprido – hoje é uma meta possível", declarou o secretário à GloboNews.

Rogério Ceron admitiu que ainda há desafios "ela frente, o que exigirá um esforço para que haja o cumprimento da meta:

— Mas ele [o cumprimento da meta] é muito mais crível e possível de ser atingido do que se esperava há seis, sete meses.

Estimativas atualizadas

Além do contingenciamento e da nova previsão de rombo, o governo também revisou estimativas de gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) — pago a idosos carentes, deficientes e pessoas com doenças incapacitantes — e benefícios da Previdência. Ambos passam a custar R\$ 11 bilhões a mais em 2024, em relação ao que estava previsto no Orçamento.

(*) Com informações do G1

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/07/2024

BRASIL PODE LIDERAR PROJETOS DE PRESERVAÇÃO DE FLORESTAS NO MUNDO, COM ARCO DA RESTAURAÇÃO NA AMAZÔNIA, DIZ BNDES

Iniciativa promete capturar 1,65 bilhão de toneladas de carbono até 2050, diz Tereza Campello, diretora socioambiental do banco

Por Bruno Rosa



A Floresta Amazônica terá iniciativa de restauração do BNDES — Foto: MAURO PIMENTEL / AFP

Implementar ações para reduzir o volume de emissões dos gases causadores do aquecimento global não é mais suficiente para conter os impactos das mudanças climáticas. É com essa tônica que Tereza Campello, diretora socioambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), detalhou a importância da criação do projeto Arco da Restauração na Amazônia, uma iniciativa que pode posicionar o país como líder na preservação de florestas no mundo.



Segundo a diretora, o Arco da Restauração tem como objetivo proteger a área da Floresta Amazônica que vai do Acre ao Pará. Para ela, a primeira fase do projeto prevê restaurar 6 milhões de hectares até 2030. Ela lembrou que o custo é R\$ 51 bilhões, ou US\$ 10 bilhões.

A segunda fase prevê investimentos de mais R\$ 153 bilhões, com participação de recursos do Fundo Clima para restaurar outros 18 milhões de hectares até 2050. A previsão é que o Arco da Restauração gere até 10 milhões de empregos na Amazônia. Assim, o projeto prevê reflorestar ao todo 24 milhões de hectares até 2050. O Arco da Restauração é um dos pilares para a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), que acontece em novembro de 2025 no Pará.

— Precisamos de apoio e recursos. Serão 1,65 bilhão de toneladas de carbono que serão removidas da atmosfera em 30 anos. Queremos reconstruir essa área, que tem agricultura familiar, assentamento, setor privado, terras indígenas e áreas de conservação. Se a gente conseguir reunir todo mundo, vamos conseguir capturar carbono. Não há tecnologia em escala no mundo para capturar carbono. Essa é a tecnologia barata e possível para ser usada. Queremos fazer essa entrega e liderar a reconstrução de florestas no mundo.

Ela participou do seminário “States of the Future”, evento paralelo do G20, que é organizado em parceria entre o BNDES e os Ministérios da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, no Centro do Rio.

— O Arco da Restauração é um projeto gigantesco, seja pela escala e pelo impacto. Uma das missões do país é reconstruir a Amazônia. A Amazônia é uma das soluções para o planeta. Muitos países falam em como reduzir suas emissões. Isso não é mais suficiente. E precisamos mais do que isso. Estamos enfrentando um novo desmatamento, com o crime organizado. E queremos garantir o desenvolvimento sustentável. Não é mais suficiente enfrentar só o desmatamento — afirmou Tereza.

Além da captura do carbono, a diretora do BNDES ressaltou que o projeto prevê restaurar a floresta com sua biodiversidade e reconstruir o território, garantindo o ecossistema, como os rios voadores, além de manter a população que já está lá.

— Estamos correndo risco de perder a floresta. Vamos mobilizar uma vasta cadeia, dos viveiros às sementes. E vamos construir uma barreira, um muro, para evitar que a devastação se expanda. Vamos ter que trocar a asa com o avião voando. Temos que nos organizar para enfrentar os efeitos climáticos ao mesmo tempo que preparamos o estado para esse cenário.

Atuação conjunta, diz Miriam Belchior

Mas Miriam Belchior, secretária-executiva da Casa Civil, afirmou que é preciso um esforço conjunto envolvendo outros países.

— Parte dessas metas extrapola os limites dos países. As metas nacionais, como as do clima, não são suficientes se os países não cumprirem suas partes. Depende de uma conjunção de esforços internacionais para combater os efeitos do clima. É necessária uma maior capacidade global. Não nos basta sermos capazes de criar o Arco da Restauração se os outros países não fizerem esforços na mesma direção.

Para Miriam, o estado do futuro precisa ainda criar metas de transformação para o país para as áreas sociais e ambientais.

— É estabelecer objetivos de médio e longo prazos. O estado tem que ter condições de desenvolver capacidades de cidadãos e empresas.

Por isso, ela sugere que seja feita a proposta da criação de um grupo permanente sobre o Estado no âmbito do G20.

— É subir de um evento paralelo e ser um dos grupos do G20 para que esse debate avance.

Além do clima, Miriam destacou que a defesa da democracia exige mais que a capacidade nacional e é um desafio mundial.

— E isso contamina outros países, com movimentos regionais. O aumento da regulação das tecnologias é ainda um desafio que exige alinhamento global. O aumento da capacidade de financiamento global também. E um tema é a tributação dos super ricos e precisa de cooperação internacional para evitar os paraísos fiscais.

No âmbito nacional, é preciso musculatura no aumento da capacidade de planejamento de médio e longo prazos.

— Não se pode falar em futuro sem falar de planejamento. Temos desafios adicionais como superar as pressões do mercado financeiro especulativo, com natureza de curto prazo que impõe limites para pensar no desenvolvimento de uma nação. Em função disso, somos obrigados a pensar no curto prazo.

Taxação progressiva

Nelson Barbosa, diretor do BNDES, defendeu a necessidade de uma coordenação internacional para a taxa progressiva. De acordo com ele, que já foi ministro do Planejamento e da Fazenda no governo de Dilma Rousseff, o tema precisa ser alvo de ação coordenada dentro do G20.

Barbosa lembrou ainda que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vai ressaltar a importância de uma agenda conjunta ao longo desta semana nas reuniões com os outros ministros do G20.

— Os países estão tentando recompor suas receitas com a taxa de pessoas e corporações. Mas isso precisa ser feito de forma coordenada. O país que tentar fazer isso sozinho sofrerá com a evasão de capital e a realocação de recursos. Por isso, é importante que a agenda de taxa progressiva seja um tema de coordenação dentro do G20. Haddad tem enfatizado o tema na presidência do G20 e vai abordá-lo novamente esta semana nas reuniões dos ministros da Fazenda.

Haddad tem defendido a taxa dos chamados super-ricos. Estudo encomendado pela presidência brasileira do G20 ao economista francês Gabriel Zucman, mostrou que a tributação de 3% sobre indivíduos com patrimônio superior a US\$ 100 milhões e bilionários (acima de US\$ 1 bilhão) poderia gerar receitas extraordinárias de até US\$ 688 bilhões às nações (cerca de R\$ 3,7 trilhões) anualmente.

Barbosa defendeu ainda a necessidade de uma ação conjunta para enfrentar problemas globais, como a transição climática e demográfica, além da crise de desenvolvimento.

— Se as pessoas não promoverem desenvolvimento nos países menos desenvolvidos, elas migram. E isso tem colocado uma pressão muito grande sobre as políticas públicas. Esse é o debate no Brasil e no mundo.

Crise de 2008

Ao citar a crise financeira de 2008 e a pandemia, Barbosa lembrou que foi necessária uma atuação do Estado, o que gerou um aumento da dívida pública nas democracias ocidentais.

— E agora a questão é como reequilibrar esse orçamento, evitando uma expansão explosiva da dívida pública. E isso não é apenas um problema técnico. É um problema eminentemente político. Isso ocorre em todos os países.

Com a restrição do orçamento público, Barbosa destacou que é preciso usar mais instrumentos financeiros. Ele lembrou do papel dos bancos públicos, já que o Estado pode atuar como intermediário financeiro, tomando recursos a taxa de mercado e emprestando abaixo dessas taxas, gerando incentivos a áreas prioritárias.

— E é isso que o BNDES fez. O Fundo Clima, que recentemente recebeu uma emissão de US\$ 2 bilhões neste ano, chegando a um total de US\$ 20 bilhões. Ele empresta a taxas de 6,15% mais spread, o que é considerado baixo. E já foram registradas demandas de R\$ 32 bilhões até 2026. Há potencial. Esses instrumentos tendem a ganhar importância. Taxação

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/07/2024

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PLANEJA INVESTIR R\$ 18 BI EM 2024, APESAR DE CONGELAMENTO DE RECURSOS

Em evento organizado pela Editora Globo e pelo Grupo CCR, ministro Renan Filho disse ter ouvido de Lula, ontem, que responsabilidade fiscal está em suas 'entranhas'

Por Ana Flávia Pilar — São Paulo



O ministro dos Transportes, Renan Filho — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O ministro dos Transportes, Renan Filho, afirmou que a pasta investirá R\$ 18 bilhões este ano, já considerando o congelamento de R\$ 15 bilhões no Orçamento, entre bloqueios e contingenciamentos, comunicado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na semana passada. Ainda não há detalhamento de quais áreas do governo devem ser mais impactadas. Além disso, segundo Renan Filho, Lula teria comentado, ontem, que a

responsabilidade fiscal está em suas “entranhas”.

A Fazenda informou R\$ 3,8 bilhões em contingenciamento, medida adotada quando a arrecadação de impostos vem menor que o esperado, e outros R\$ 11,2 bilhões foram bloqueados, porque houve crescimento acima do previsto nos gastos com Previdência e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

— Esse ano vamos investir R\$ 18 bilhões e já aplicamos a metade disso, mesmo com o contingenciamento anunciado pelo governo federal, que deve ser feito [...] O contingenciamento é fundamental para o cumprimento das regras fiscais. O Brasil precisa fazer o esforço máximo. O presidente Lula disse ontem que “a responsabilidade fiscal está nas entranhas” dele — disse Renan Filho, que esteve, nesta terça, no seminário “Brasil Rumo à COP 30”, organizado pela Editora Globo junto ao Grupo CCR.

Mudanças contratuais

O ministro disse também que as mudanças climáticas impulsionaram uma série de adaptações no setor de infraestrutura. O governo lançou mão de medidas como a agenda de inovação tecnológica junto às concessionárias para reduzir as emissões de gases poluentes, além da autorização para a fase de testes de caminhões elétricos e movidos a gás natural liquefeito (GNL).

Além disso, em julho, foi publicada uma portaria prevendo que novos projetos de concessão rodoviária devem alocar ao menos 1% do faturamento para o desenvolvimento de infraestruturas resilientes. A medida deve garantir R\$ 300 milhões ao ano para essa área, totalizando R\$ 1 bilhão até 2026.

— Incluímos na otimização dos contratos várias questões importantes que garantirão, primeiro, sustentabilidade financeira ao próprio contrato, mas também melhores condições jurídicas, (o que) estimula também a resiliência da infraestrutura. Vamos incorporar todas essas medidas dos contratos novos nas otimizações, o que garantirá melhores condições de sustentabilidade, tanto financeiramente quanto ambientalmente falando — disse o ministro a jornalistas.

Renan Filho disse, no entanto, que desastres de dimensões muito grandes, como aconteceu recentemente no Rio Grande do Sul, ainda devem ser tratados como casos extraordinários, sem inclusão nos contratos, embora aconteçam com cada vez mais frequência.

— As medidas já modernizam os contratos, mas, obviamente, não criam condições para incluir naquele contrato todo tipo de desastre, porque há um grau de imprevisibilidade grande. Imagina que tem uma concessão de 100km completamente destruída. Se isso tudo for pago por tarifa, o cidadão talvez fosse pagar quase uma tarifa impeditiva para o seu deslocamento - afirmou.

De acordo com o ministro, é preciso ter "um pouco de paciência" para melhorar os contratos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/07/2024

"NÃO FALTOU OUSADIA PARA PRIVATIZAR A SABESP", DIZ TARCÍSIO DE FREITAS DURANTE CERIMÔNIA NA B3

Governador de São Paulo disse que modelo de desestatização foi único e funcionou. Novo contrato e redução de tarifas começam a valer a partir desta terça-feira

Por João Sorima Neto — São Paulo



Toque de campanha marcou encerramento da privatização da Sabesp na B3 — Foto: Cauê Diniz/B3

O novo contrato de concessão da Sabesp entrou em vigor nesta terça-feira, com o toque da campanha na B3, numa cerimônia que teve a participação do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Desta vez, não houve batida de martelo, como gosta o governador, mas a campanha foi acionada e houve uma chuva de papel picado comemorando a venda de 32% das ações da companhia que pertenciam ao estado, marcando a sua desestatização. O governo captou R\$ 14,7 bilhões, na maior oferta secundária de ações do país este ano.

Em seu discurso, o governador afirmou que não faltou ousadia no processo de desestatização da Sabesp. Tarcísio disse que o modelo escolhido (de venda das ações em duas etapas e a busca de um investidor de referência) não se compara a nenhum país e foi um 'modelo da Sabesp'. O processo de desestatização preserva o que a companhia tem de melhor, garantiu, que é continuar como operadora de saneamento.

— Não faltou ousadia, coragem, respeito. Pensamos no projeto para as pessoas que não têm água e esgoto. Dos 375 municípios de São Paulo, 371 aderiram ao novo contrato, o que mostra que as prefeituras viram valor no processo. Qualquer outro objetivo foi secundário, o primeiro era levar saneamento a essas pessoas — afirmou Tarcísio, lembrando das críticas que o projeto recebeu — de que não passaria na Assembleia Legislativa ou pudesse ser levado adiante num ano com eleições municipais e num prazo de um ano e meio. E continuou:

— Não é o modelo de Buenos Aires, de Berlim, do Reino Unido, do Chile, Portugal, não é o modelo da Eletrobrás, é o modelo da Sabesp, é o nosso modelo, é o modelo de São Paulo e é o melhor modelo da história — disse o governador.

Mesmo tendo apenas um candidato a acionista de referência, Tarcísio disse que o governo queria um parceiro que tivesse acesso ao mercado de capitais.

— Queríamos um investidor de referência que se comprometesse conosco. Precisávamos de um excelente parceiro — e conseguimos trazer. É um sinal de que o modelo foi bem construído — afirmou, lembrando que o estado tem um futuro de "rio tietê e represas Billings e Guarapiranga despoluídos".

Dos R\$ 14,7 bilhões que entram nos cofres do governo com a venda das ações, R\$ 4,4 bilhões vão para o fundo de amortização que vai permitir, segundo cálculos do governo, a redução das tarifas. Os outros R\$ 10,3 bilhões serão usados para investimento.

Novas tarifas

Também começa a valer hoje a nova tarifa reduzida, que prevê queda de 10% do valor para as tarifas social e vulnerável, 1% para residencial e 0,5% para clientes industriais e comerciais. Entra ainda em vigor a antecipação da meta de universalização dos serviços — de 2033 para 2029.

A nova gestão da Sabesp vai assumir após a eleição do Conselho de Administração. A Equatorial, empresa que arrematou 15% das ações por R\$ 6,9 bilhões, a R\$ 67 por ação, e tornou-se a acionista de referência, indicará três conselheiros e o presidente da empresa. Outros 17% das ações foram comprados por fundos e investidores pessoas físicas pelo mesmo valor de R\$ 67 cada ação, totalizando R\$ 7,9 bilhões. Esses investidores podem vender as ações a qualquer tempo.

A ação está sendo negociada na Bolsa a R\$ 84, mais de 20% acima do oferecido pelo acionista de referência. A aquisição das ações pela Equatorial precisa ser aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Narrativa de preço não preocupa

Tarcísio disse que a narrativa de venda dos papéis pelo preço mais baixo que o do pregão não preocupa o governo. Ele afirmou que quando se conheceu o investidor de referência, a ação valia R\$ 74 e a proposta feita pela Equatorial foi de R\$ 67.

— Foi a maior ordem individual da história. A empresa ofertou R\$ 6,9 bilhões, mas não tem o controle da empresa. Não pode vender as ações por cinco anos. Era natural um desconto em relação ao valor de tela. E como o investidor foi bem aceito pelo mercado, o papel experimentou um processo de valorização — explicou o governador.

Ele acredita que com a perspectiva de valorização das ações da Sabesp, os 18% de participação que o estado manteve na companhia poderão valer mais do que os 32% que foram vendidos nos próximos anos.

— Do ponto de vista financeiro, valeu muito para o estado. Podíamos ter feito um follow normal, ter feito a pulverização. Mas optamos por ter um investidor de referência e levar água e saneamento a pessoas que ainda não têm — afirmou.

Venda de ativos

O diretor-presidente da Equatorial Energia, Augusto Miranda, afirmou que a Sabesp já é reconhecidamente a melhor empresa de saneamento do país e uma das maiores do mundo e que isso se deve ao excelente corpo técnico da companhia. Ele disse que a Equatorial vai agregar sua experiência à operação e quer transformar a Sabesp numa plataforma nacional de investimento em saneamento.

— Trazemos experiência em ativos de infraestrutura, em concessões e realização de investimentos com eficiência, com R\$ 27 bilhões sendo aplicados nos últimos cinco anos. Temos histórico relevante de recuperação de ativos e acesso a financiamentos com custos atrativos. E contamos com os profissionais da Sabesp — disse Miranda durante a cerimônia. A Equatorial atua no setor de energia e apenas em 2022 assumiu uma concessão de saneamento no Amapá.

A Equatorial não pode vender as ações da Sabesp durante cinco anos. Também está vetada de participar de outras licitações no estado de São Paulo, exigências feitas durante no processo de desestatização.



Miranda disse que como a empresa conseguiu um empréstimo ponte de 18 meses, tem esse prazo pela frente para buscar opções de financiar o investimento, inclusive com venda de ativos considerados 'maduros'.

O presidente da Equatorial afirmou que há um rito no processo de desestatização como a aprovação pelo Cade, e que a indicação de um nome para a presidência da Sabesp ainda é um assunto prematuro.

O atual presidente da Sabesp, André Salcedo, afirmou que é possível fazer uma boa gestão e trazer resultados em uma empresa estatal, como já acontece na Sabesp.

— O compromisso dessa gestão foi dar tudo. Aumentamos os investimentos de R\$ 5 bilhões/ano para R\$ 8 bilhões este ano e R\$ 11 bilhões ano que vem. O espírito de união vai continuar. É uma operação emblemática (a desestatização), que vai transformar o saneamento em São Paulo. Temos um plano de investimento robusto — garantiu.

Diversas autoridades envolvidas no processo de venda das ações da Sabesp falaram durante a cerimônia. O secretário estadual de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini, disse que mesmo com participação minoritária do estado, a Sabesp continua sendo patrimônio de São Paulo.

Já a secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natalia Resende afirmou que mais do que uma oferta de ações, a desestatização vai levar a Sabesp para o Brasil, América Latina e para o mundo, numa plataforma nacional de saneamento.

A previsão é de investimentos de R\$ 69 bilhões até 2029 e de R\$ 260 bilhões até 2060. A Sabesp atende a 28 milhões de clientes em 375 municípios paulistas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/07/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PETROBRAS VOLTARÁ A PRODUZIR FERTILIZANTES, MAS ENFRENTA DESAFIOS COM FÁBRICAS ANTIGAS E GÁS NATURAL

Volta ao setor é uma determinação do presidente Lula, mas nenhuma das quatro unidades de fertilizantes ligadas à empresa está hoje em funcionamento

Por Denise Luna (Broadcast)

RIO - A Petrobras está prestes a retomar a produção de fertilizantes no Brasil, mas deve enfrentar grandes desafios nessa empreitada, avaliam especialistas. Desde a necessidade de modernização das fábricas existentes à escassez e ao preço alto do gás natural, a companhia terá de fazer altos investimentos para cumprir o objetivo determinado pelo presidente Lula de voltar a atuar nessa área. Além disso, ainda terá de estar atenta à velocidade da transição energética, com a demanda cada vez mais voltada para as versões “verdes” dos produtos usados no agronegócio — ou seja, sem usar combustíveis fósseis, como o gás natural.

A pressão para que a Petrobras acelerasse a entrada no setor foi um dos motivos da demissão do ex-presidente Jean Paul Prates. Já na posse, a nova presidente da estatal, Magda Chambriard, fez questão de deixar claro que “está totalmente alinhada com a visão do presidente Lula” nesse setor, de reduzir a dependência das importações. Além dos fertilizantes, Lula também determinou que a Petrobras retome investimentos em refinarias e incentive a retomada dos estaleiros no Brasil, encomendando novos navios — movimentos que provocaram muitas críticas, por já terem sido feitos nas gestões anteriores do PT, com resultados negativos.



Fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados (ANSA), no Paraná, está desativada desde 2020 Foto: Petrobras/Divulgação

No ano passado, o consumo de fertilizantes no Brasil chegou a 45,8 milhões de toneladas. Desse total, apenas 6,8 milhões de toneladas foram produzidas no País, segundo números da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda). Em 2013, como comparação, o consumo foi de 30,7 milhões de toneladas, e quase um terço foi produzido aqui — 9,3 milhões de toneladas.

A estatal já chegou a ter uma participação importante no mercado brasileiro de fertilizantes quando estavam em operação as fábricas do Paraná (Araucária Nitrogenados - Ansa), Sergipe e Bahia, que possuem uma capacidade instalada de 2,87 milhões de toneladas por ano. Uma quarta fábrica, a UFN-III, em Três Lagoas (MS), cujas obras não foram finalizadas, terá capacidade para cerca de 1,3 milhão de toneladas por ano.

A empresa, porém, havia saído desse setor. De acordo com a estatal, essa saída fazia parte do plano de desinvestimento para que o foco fosse totalmente voltado à produção de petróleo e gás. Mas diz que agora pretende retomar seu papel nessa área. No mercado, há muitas dúvidas se essa é uma operação viável financeiramente — ou seja, se a Petrobras vai conseguir ter retorno para o seu investimento.

A iniciativa privada vem evitando investir no Brasil nessa área, por conta dos custos muito altos. Mas a estatal afirma que “busca a atuação no negócio de fertilizantes de forma sustentável e com retorno financeiro”.

Demanda maior

Consumo total de fertilizantes cresce, mas produção no Brasil diminui (em milhões de toneladas)

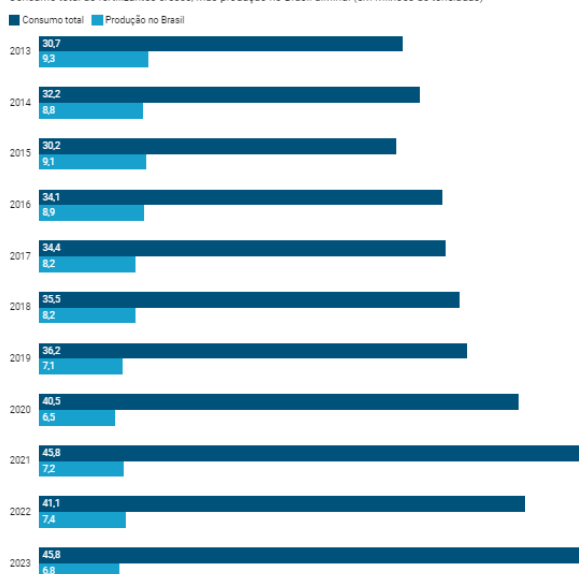


Gráfico: Estadão • Fonte: Associação Nacional para Difusão do Adubo (Anda) • Últimos dados

Fábricas paradas

Das quatro unidades de fertilizantes ligadas à Petrobras, nenhuma está atualmente em funcionamento. A Ansa, no Paraná, entrou em hibernação (parou de produzir) em 2020, após um processo de venda fracassado que durou dois anos. As unidades de Sergipe e da Bahia foram arrendadas à Unigel, mas também estão com as operações paralisadas. Há uma forte pressão para que a estatal reassuma as fábricas. Uma das entidades que mais têm pressionado nesse sentido é a Federação Única dos Petroleiros (FUP), que participa do grupo de trabalho de fertilizantes coordenado pela Petrobras.

A quarta unidade, em Mato Grosso do Sul, nunca foi terminada. As obras foram paralisadas em 2015, quando cerca de 80% da fábrica estava pronta. As tentativas de vendê-la nunca foram à frente.

A Petrobras informou que foi aprovada em 6 de junho, a reativação da Ansa, “já em curso e com investimento previsto na ordem de R\$ 1,2 bilhão”. Além disso, a estatal diz que pretende retomar as obras da UFN-III. “O estudo de viabilidade técnica e econômica da unidade de Três Lagoas (MS) está em andamento”, informa. “As unidades situadas nos Estados da Bahia e Sergipe estão arrendadas e permanecem de posse da Proquigel (empresa do Grupo Unigel), agora em condição de hibernação. A Petrobras vem mantendo diálogo com a Unigel em busca da melhor condição para o retorno da operação das duas fábricas.” Os possíveis investimentos nessas outras fábricas não foram divulgados.

No início deste mês, a estatal deu mais um passo para voltar aos fertilizantes, com o avanço nas negociações para uma parceria com a Yara, uma das três maiores produtoras globais de fertilizantes, o que poderá acelerar o ganho de escala que o governo brasileiro quer.

Setor privado

De acordo com o diretor da área de fertilizantes da consultoria Stonex, Marcelo Mello, sem investimentos nessa área, seja público, seja privado, o Brasil pode se tornar nos próximos dois a três anos o maior importador mundial de fertilizantes, ultrapassando a Índia, que vem aumentando sua produção interna. Isso porque a tendência é a produção agrícola brasileira continuar em expansão.

No passado, por meio da Petrofértil (hoje Gaspetro), criada no início da década de 1970, a Petrobras atendia parte do mercado, mas nunca conseguiu abranger toda a demanda. E nem será desta vez, segundo o analista de Insumos do Rabobank Brasil, Bruno Fonseca, que considera uma tarefa quase impossível a autossuficiência. Para ele, a volta da Petrobras ao setor está ligada ao Plano Nacional de Fertilizantes, lançado em 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro, após a crise no setor trazida pela guerra na Ucrânia, e renovado agora no governo Lula. Na versão anterior, a iniciativa privada seria a responsável pelo aumento da oferta. Mas isso nunca aconteceu.

“O Brasil levou um susto com a invasão da Rússia à Ucrânia. O preço dos fertilizantes disparou até três vezes do que era, e teve risco de faltar, o que seria um desastre para um País agrícola como o nosso. Então, foi criado o Plano Nacional de Fertilizantes”, disse Fonseca. “O Brasil entendeu isso como uma política importante para a continuidade da agricultura no País, porque sem fertilizante você não produz. É isso que mais espanta, deve espantar todo mundo, porque é um País que abastece o mundo inteiro e não produz fertilizante.”

Mesmo com o “susto”, porém, a iniciativa privada não abraçou o Plano lançado pelo governo. Atualmente, empresas internacionais do setor, como Mosaic e Yara, contribuem com uma parte da oferta no Brasil, mas que não chega a 20% da demanda.

“Muitas empresas evitam o investimento em uma nova fábrica ou até mesmo expandir sua capacidade instalada por conta dos altos custos”, diz Fonseca. “Em muitos casos, o custo desta nova capacidade é até superior ao preço de mercado do próprio fertilizante, o que acaba inviabilizando a operação.”

Segundo Mello, da StoneX, a iniciativa privada até tem investido no segmento de fertilizantes, mas focando basicamente nas atividades de mistura e distribuição, incluindo logística. Já os investimentos em produção efetiva de fertilizantes, tanto em plantas petroquímicas para produção de nitrogenados, quanto em atividades minerais para produção de fosfatados e potássio, ainda não cresceram significativamente.

“Possivelmente, os principais motivos para esta situação são o alto custo estrutural de energia no País; o alto preço de gás natural, não apenas para geração de energia em si, mas também para produção de amônia e ureia; e os baixos teores minerais em muitas das reservas já provadas de fósforo e potássio”, disse.



Fábrica da EuroChem na Serra do Salitre, em Minas Gerais, é um dos poucos investimentos recentes em fertilizantes Foto: EuroChem/Divulgação

Entre os poucos projetos que chegaram ao País, Mello cita o da EuroChem, na Serra do Salitre, em Minas Gerais, um investimento de US\$ 1 bilhão, que vai incrementar a produção nacional em cerca de 1 milhão de toneladas de fosfatados por ano. A operação começou em março deste ano, e a previsão é de que a capacidade

total seja atingida no ano que vem.



Investimentos

Segundo Mello, a primeira planta da Petrobras a ser reativada, no Paraná (Ansa), é muito antiga e terá de passar por muita modernização para ser eficiente. Hibernada no governo Bolsonaro, a Ansa, inaugurada em 1982, já não operava bem, destacou, ficando mais tempo parada do que produzindo. Já as duas fábricas de fertilizantes do Nordeste, em Sergipe e na Bahia, são mais modernas que a do Paraná, mas também foram construídas na década de 1980 e ainda sofrem com a falta de gás natural para operar, “tanto que a Unigel não deu conta”, explicou o executivo. Mas agora, com a descoberta de reservatórios de gás no Nordeste, é possível que a estatal consiga colocar essas fábricas em operação, ressaltou.

A melhor das fábricas da estatal, na avaliação de Mello, é a de Mato Grosso do Sul, que por não ter sido concluída ainda pode passar por uma modernização para atender o novo perfil de mercado, voltado para a descarbonização. A UFN-III quase foi adquirida por uma empresa russa (Acron) no governo anterior. Com a troca de gestão, a unidade deve ser concluída e utilizar o gás argentino da região de Vaca Muerta, que será trazido pelo Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol), se as negociações entre os três países derem certo.

“Se você conseguir trazer o gás de Vaca Muerta pela Bolívia para Mato Grosso do Sul, pronto, você resolveu o problema logístico e está no centro consumidor. Seria bom, mas mesmo assim é uma tecnologia mais ultrapassada. No mundo, hoje em dia, todos os investimentos estão saindo com a pegada de carbono, e você já partir do gás natural, que é um combustível fóssil, é bem complexo”, explicou Mello. “No curto prazo, porém, a gente precisa disso, para reduzir a importação, mas aparentemente não vai ser uma operação economicamente viável, porque o gás é um problema no Brasil”, concluiu.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 23/07/2024

PESQUISADORES PROPÕEM DOAÇÃO DE US\$ 1 POR BARRIL DE PETRÓLEO PRODUZIDO PARA MANUTENÇÃO DE florestas

Mecanismo, proposto pelo projeto Amazônia 2030 e apresentado às vésperas das reuniões dos ministros de Finanças do G-20, precisaria levantar US\$ 36 bi por ano

Por Luciana Dyniewicz

Às vésperas das reuniões dos ministros de Finanças do G-20 no Rio de Janeiro, o projeto Amazônia 2030 (que reúne pesquisadores brasileiros de diferentes instituições para promover o desenvolvimento sustentável da região) propôs a criação de um mecanismo para financiar a manutenção de florestas tropicais em todo o mundo. A proposta é uma espécie de ampliação do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (FFTS), anunciado pelo governo brasileiro na COP-28, e sugere que o setor de petróleo e gás contribua voluntariamente com no mínimo US\$ 1 por barril produzido.

“Estamos publicando uma nota (sobre o tema) dois dias antes da reunião do G-20 para lançar uma ideia que pode ser incorporada no contexto do G-20. É uma iniciativa complementar aos esforços do governo brasileiro”, diz Pedro Moura Costa, cofundador da BVRio (organização sem fins lucrativos que apoia a proposta do Amazônia 2030).

A ferramenta, batizada de Mecanismo para Florestas Tropicais (MFT), foi pensada partindo do princípio de que seriam necessários US\$ 30 por hectare para que países tropicais pudessem distribuir incentivos para manutenção e manejo sustentável das florestas. Como a proposta inclui, além da Amazônia, florestas da Bacia do Congo e do Sudeste Asiático, seriam precisos US\$ 36 bilhões por ano para proteger 1,2 bilhão de hectares.

Ainda de acordo com a sugestão da Amazônia 2030, só receberiam recursos países cuja taxa de desmatamento no ano anterior fosse inferior a 0,5% da área de suas florestas tropicais. Também seriam pré-requisitos a redução do desmatamento de um ano para outro e um sistema de alocação de recursos que garantisse que eles chegassem aos que vivem na floresta.

Se a proposta fosse adotada, o Brasil teria potencial para receber US\$ 14,85 bilhões por ano. Considerando as taxas atuais de desmatamento, porém, esse valor cairia para US\$ 7,65 bilhões.

Para sair do papel, o MFT contaria não apenas com recursos do setor de óleo e gás, mas também da mineração e do comércio de commodities agrícolas. A ideia é que esses segmentos fossem incentivados a fazer contribuições voluntárias que variassem de acordo com seus volumes de produção.

No caso da contribuição do setor petrolífero, o US\$ 1 por barril resultaria em US\$ 30 bilhões por ano – considerando o volume de produção de 2023. “Embora seja uma grande quantia, é apenas uma fração dos US\$ 7 trilhões em subsídios recebidos pelo setor de combustíveis fósseis no mesmo ano”, diz a nota da Amazônia 2030.

Ainda de acordo com o documento, há um precedente nos Estados Unidos de pagamentos do setor para a conservação ambiental. Em 1964, foi estabelecido no país o Fundo de Conservação de Terras e Águas e introduzido um royalty sobre as licenças de exploração de óleo e gás na Plataforma Continental Federal. Essa política resulta em cerca de US\$ 1 bilhão por ano, que é direcionado para a manutenção do Parque Nacional Everglades e outros ecossistemas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 23/07/2024

EMBRAER FIRMA ACORDO COM HOLANDA E ÁUSTRIA PARA VENDER NOVE AERONAVES MILITARES C-390 MILLENNIUM

Cinco aeronaves serão destinadas para a Força Aérea Real Holandesa e quatro para a Força Aérea Austríaca

Por Katharina Cruz

A Embraer anunciou na segunda-feira, 22, que firmou parceria com a Holanda e Áustria para a venda de nove aeronaves C-390 Millennium durante uma cerimônia no Farnborough Airshow, realizada na Inglaterra. No total, cinco aeronaves serão destinadas para a Força Aérea Real Holandesa e quatro para a Força Aérea Austríaca.

Segundo a Embraer, o C-390 irá melhorar a capacidade operacional ao oferecer melhor desempenho, maior confiabilidade e maior capacidade de carga. Ainda segundo a empresa, a aeronave pode transportar mais carga útil (26 toneladas) em comparação com outras aeronaves de transporte militar de médio porte e voa mais rápido (470 nós) e mais longe.



O modelo também é capaz de realizar missões de transporte e lançamento de cargas e tropas, remoção aeromédica, busca e salvamento, combate a incêndios e missões humanitárias, operando em pistas não pavimentadas, em superfícies como terra compactada e cascalho.

A Embraer anunciou na segunda-feira, 22, que firmou parceria com a Holanda e Áustria para a venda de nove aeronaves C-390 Millennium durante uma cerimônia no Farnborough Airshow, na Inglaterra Foto: Divulgação/Embraer

“É ótimo podermos assinar este acordo tanto para a Áustria como para a Holanda. Fico feliz em ver que podemos comprar esses aviões com as mesmas especificações. Este é um bom exemplo de colaboração na Europa entre países”, disse o vice-almirante Jan Willem Hartman, Diretor Nacional de Armamentos da Holanda.

Bosco da Costa Jr., presidente e CEO da Embraer Defesa & Segurança, também celebrou o acordo com a Holanda e a Áustria. “Esta aeronave é a melhor escolha do mercado, oferecendo uma

combinação imbatível de alto desempenho, tecnologia avançada e baixos custos de ciclo de vida”, afirmou.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 23/07/2024*

‘SABESP AGORA ESTÁ LIVRE PARA VOAR MAIS ALTO’, DIZ TARCÍSIO DE FREITAS

Governador de SP diz estar com sensação de ‘dever cumprido’ após finalização do processo de privatização da empresa de saneamento

Por Redação

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou, nesta manhã, durante cerimônia de liquidação das ações da Sabesp na B3, que está com a sensação de “dever cumprido”. Com o processo de desestatização da companhia concluído, o dirigente disse que a empresa está “livre para voar mais alto” e rebateu críticas à Equatorial, investidora de referência da companhia, pela pouca experiência no setor.

“Nós temos o melhor operador de saneamento do Brasil, que é a Sabesp”, disse. “A Sabesp continua sendo o nosso operador de saneamento, vai operar com excelência, vai ganhar eficiência.”

Com elogios ao trabalho de sua equipe, Tarcísio disse também que a construção do modelo de privatização da Sabesp não imita exemplos internacionais. “O modelo não é de Buenos Aires, do Reino Unido, do Chile, de Portugal, da Eletrobras, é o nosso modelo, o modelo de São Paulo, e é o melhor da história”, afirmou.



Tarcísio de Freitas (C) participa do evento na B3 que marcou a conclusão da privatização da Sabesp Foto: Mônica Andrade/Governo do Estado de SP

Tarcísio também fez elogios à Equatorial. Afirmou que, quando viu que “fazia sentido” ter um parceiro, queria trabalhar com uma companhia de respeito, com boa estrutura de capital e acesso ao mercado de capitais. “E conseguimos”, disse. Segundo o dirigente, agora, o Estado pode dar “passos vigorosos em direção à universalização do saneamento”.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, a privatização da Sabesp, a maior oferta de ações da história do setor de saneamento, movimentou R\$ 14,8 bilhões. Desse total, R\$ 6,9 bilhões foram subscritos pela Equatorial, que comprou 15% da empresa ao preço de R\$ 67 por ação, e o restante veio da oferta global, que atraiu 310 investidores institucionais (instituições que investem em nome de diversos investidores). Foram vendidas 191,7 milhões de ações mais um lote extra de 28,7 milhões, ao mesmo preço.

O governador paulista disse também que o capex (despesa de capital) da Sabesp para 2025 já está sendo preparado e que “muita coisa já foi contratada”. “Isso nos dá conforto para fazermos um capex de R\$ 10 bilhões a R\$ 11 bilhões em 2025”, disse. Ele observou ainda que um capex conforme o previsto para a Sabesp até 2029 não se constrói da noite para o dia. Estão previstos investimentos de R\$ 68 bilhões até 2029.

Tarcísio disse ainda que o cronograma de investimento da companhia já foi estabelecido e que houve uma consulta aos municípios com os investimentos necessários. “O cronograma já está colocado. Quando a Equatorial tiver direitos políticos haverá uma Assembleia do Conselho e o time já está em campo”, afirmou.

A oferta da Sabesp teve como coordenador principal o BTG Pactual, em conjunto com Itaú BBA, Citi, Bank of America e UBS BB. Também participaram Bradesco BBI, Goldman Sachs, JPMorgan,

Morgan Stanley, JSafrá, Santander e XP. / Matheus de Souza, Elisa Calmon, Cynthia Decloedt e Altamiro Silva Junior

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 23/07/2024

BRASIL PRECISA DE TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA PARA DISSEMINAR INOVAÇÃO, DIZ ECONOMISTA-CHEFE DA FIESP

Igor Rocha afirma que País tem uma posição 'bastante singular e positiva' em relação à transição verde e precisa aproveitar suas vantagens naturais para liderar setores estratégicos

Por Diego Lazzaris



Entrevista com Igor Rocha - Economista-chefe da Fiesp

O Brasil tem a oportunidade de desenvolver uma economia mais sustentável que atraia recursos e estimule o crescimento do emprego e da renda, se souber aproveitar suas vantagens naturais para liderar em setores estratégicos de inovação e tecnologia. A avaliação é do economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Igor Rocha, que participou nesta terça-feira, 23, do Fórum Estadão Think - A Indústria no Brasil Hoje e Amanhã, realizado na sede

da Fiesp, na Avenida Paulista.

"Precisamos fazer uma transformação produtiva nos nossos setores e na nossa economia, especialmente para conquistar mercados com setores de média tecnologia, que são intensivos em inovação e tecnologia, além de promover a disseminação de inovações para o restante da economia", afirma Rocha. Segundo ele, nesse sentido, o Brasil tem uma posição "bastante singular e positiva, principalmente em relação à sustentabilidade e à transição verde".

"O País está sendo colocado no centro das instituições globais como uma economia com um potencial fantástico, dadas, obviamente, suas dotações naturais que atraem esse tipo de capital", diz.

Para o economista, o custo elevado do crédito e a carga tributária extremamente alta no País penalizaram na última década a indústria brasileira. A reforma tributária aprovada pelo Congresso traça, portanto, um cenário positivo para o futuro do setor. "No futuro, podemos realizar revisões nesses tratamentos diferenciados introduzidos pela reforma tributária, buscando criar um ambiente tributário mais justo e isonômico entre os setores", defende.

Rocha diz que a insegurança jurídica ainda gera dificuldades para o investimento de longo prazo, devido às imprevisibilidades. Segundo ele, embora o período de adaptação à reforma tributária seja longo, as mudanças também poderiam ajudar a reduzir a judicialização tributária.



Indústria teve uma queda bastante acentuada na participação do PIB nas últimas décadas no Brasil Foto: Werther Santana/Estadão

Como fazer com que a indústria volte a ganhar competitividade e protagonismo na economia brasileira?

De fato, a indústria teve uma queda bastante acentuada na participação do PIB (Produto Interno Bruto) nos últimos 30 anos, e isso se deve a uma conjunção de fatores. Um

dos principais motivos é o custo do crédito, que é muito elevado no setor industrial. Outro ponto é a questão tributária. A indústria, sobretudo a de transformação, tem uma carga tributária extremamente elevada quando comparada a outros setores. Nesse sentido, a reforma tributária é muito positiva porque trará mais transparência, evidenciando claramente quais setores pagam muito, quais pagam



pouco e quais nada pagam. No futuro, podemos realizar revisões nesses tratamentos diferenciados introduzidos pela reforma tributária, buscando criar um ambiente tributário mais justo e isonômico entre os setores. Assim, aqueles que forem mais competentes poderão performar melhor, sem as distorções que muitas vezes fazem parecer que o setor A, B ou C é mais competente que o D, E ou F, sem uma análise adequada dos fatores por trás disso.

A burocracia e a insegurança jurídica também são vistas como entrave para o desenvolvimento da indústria. Como melhorar isso?

Toda a incerteza, por mais que seja de curto prazo, gera uma dificuldade para o investimento de longo prazo, porque a imprevisibilidade traz insegurança. A insegurança jurídica é um dos componentes do chamado 'custo Brasil' que os empresários frequentemente mencionam. Existem outros fatores, mas a insegurança jurídica é um dos mais comumente abordados. Isso é muito custoso para as empresas. Quando você está planejando um investimento, como fábricas e plantas industriais, que geralmente envolvem volumes de investimento bastante vultuosos, a falta de clareza e segurança jurídica cria um ambiente muito adverso para o investimento produtivo. A famosa frase 'no Brasil, até o passado é incerto' reflete bem essa situação, tornando o ambiente ainda mais desafiador para quem quer investir. Sem dúvida, a reforma tributária também ajuda a melhorar a segurança jurídica, e se espera que reduza a judicialização tributária. Embora o período de adaptação seja longo, essa mudança é um fator positivo. Hoje, a insegurança jurídica afeta diversas formas de investimento, e alguns pesquisadores apontam que isso também influencia as altas taxas de juros no Brasil.

Existem setores específicos que poderíamos focar para aumentar a competitividade da indústria?

Precisamos fazer uma transformação produtiva nos nossos setores e na nossa economia, especialmente para conquistar mercados com setores de média tecnologia, que são intensivos em inovação e tecnologia, além de promover a disseminação de inovações para o restante da economia. Nesse sentido, o Brasil tem uma posição bastante singular e positiva, principalmente em relação à sustentabilidade e à transição verde. Temos setores de energias renováveis, como a eólica, incluindo a potencialidade do vento do mar, além do hidrogênio verde e a exploração da eólica offshore. O Brasil pode, sem dúvida, atrair muito capital para essa agenda. O País está sendo colocado no centro das instituições globais como uma economia com um potencial fantástico, dadas, obviamente, suas dotações naturais que atraem esse tipo de capital. A entrada desses recursos pode fomentar significativamente o crescimento do emprego e da renda no País. É uma oportunidade para desenvolvermos uma economia mais sustentável e competitiva globalmente, aproveitando nossas vantagens naturais para liderar em setores estratégicos de inovação e tecnologia.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 23/07/2024

SABESP ANUNCIA REDUÇÃO DE TARIFAS APÓS FINALIZAR PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO

Haverá diminuição de 1% para a tarifa residencial, 10% para a tarifa social e vulnerável, e 0,5% para outras tarifas; economistas calculam impacto de até 0,06 ponto porcentual no IPCA

Por Beatriz Capirazi

A Sabesp anunciou redução em suas tarifas após finalizar o processo de desestatização da empresa. A partir desta terça-feira, 23, haverá redução de 1% para a tarifa residencial, 10% para a tarifa social e vulnerável, e 0,5% para outras tarifas, aplicáveis somente à primeira faixa de consumo.

A decisão marca o início do contrato de concessão assinado em 24 de maio deste ano com a Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário (Urae-1-Sudeste), e a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp), como interveniente anuente.

A empresa comunicou ainda que, após a oferta pública de distribuição secundária de ações realizada nesta segunda-feira, 22, entram em vigor o novo Estatuto Social da companhia, aprovado em

Assembleia Geral Extraordinária em 27 de maio de 2024, e as novas políticas internas, incluindo a Nova Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, a Nova Política de Destinação de Resultados e Distribuição de Dividendos, e a Política de Alçadas, todas aprovadas em reunião do Conselho de Administração.

Inflação

A redução de tarifas, com destaque para a diminuição de 1% destinada à tarifa residencial, deve ter um impacto de baixa de 0,05 ponto porcentual no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), segundo o economista da Quantitas João Fernandes. “É um efeito muito pequeno. Só a parte da tarifa residencial que será lida pelo IPCA”, diz.



Sabesp promete redução na tarifa de 1% para consumidores residenciais e 10% na tarifa social Foto: Nilton Fukuda / Estadão

Fernandes avalia que o impacto da redução veio em linha com o esperado, mas não foi o suficiente para uma revisão da estimativa da Quantitas para o IPCA do ano, de alta de 4,2%.

Para a economista para Brasil do BNP Paribas, Laiz Carvalho, o efeito deve ser de redução de 0,06 ponto porcentual no IPCA. “Como o impacto no IPCA é apenas nas tarifas

residenciais, o efeito no número do ano é bem pequeno”, diz. Ela destaca que a medida não muda a projeção do banco para o IPCA do ano, de alta de 4%./Com Gabriela Jucá

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 23/07/2024

‘SABESP AGORA ESTÁ LIVRE PARA VOAR MAIS ALTO’, DIZ TARCÍSIO DE FREITAS

Governador de SP diz estar com sensação de ‘dever cumprido’ após finalização do processo de privatização da empresa de saneamento

Por Redação

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou, nesta manhã, durante cerimônia de liquidação das ações da Sabesp na B3, que está com a sensação de “dever cumprido”. Com o processo de desestatização da companhia concluído, o dirigente disse que a empresa está “livre para voar mais alto” e rebateu críticas à Equatorial, investidora de referência da companhia, pela pouca experiência no setor.

“Nós temos o melhor operador de saneamento do Brasil, que é a Sabesp”, disse. “A Sabesp continua sendo o nosso operador de saneamento, vai operar com excelência, vai ganhar eficiência.”

Com elogios ao trabalho de sua equipe, Tarcísio disse também que a construção do modelo de privatização da Sabesp não imita exemplos internacionais. “O modelo não é de Buenos Aires, do Reino Unido, do Chile, de Portugal, da Eletrobras, é o nosso modelo, o modelo de São Paulo, e é o melhor da história”, afirmou.



Tarcísio de Freitas (C) participa do evento na B3 que marcou a conclusão da privatização da Sabesp Foto: Mônica Andrade/Governo do Estado de SP

Tarcísio também fez elogios à Equatorial. Afirmou que, quando viu que “fazia sentido” ter um parceiro, queria trabalhar com uma companhia de respeito, com boa estrutura de capital e acesso ao mercado de capitais. “E conseguimos”, disse. Segundo o dirigente, agora, o Estado pode dar “passos vigorosos em direção à universalização do saneamento”.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, a privatização da Sabesp, a maior oferta de ações da história do setor de saneamento, movimentou R\$ 14,8 bilhões. Desse total, R\$ 6,9 bilhões foram subscritos pela Equatorial, que comprou 15% da empresa ao preço de R\$ 67 por ação, e o restante veio da oferta global, que atraiu 310 investidores institucionais (instituições que investem em nome de diversos investidores). Foram vendidas 191,7 milhões de ações mais um lote extra de 28,7 milhões, ao mesmo preço.

O governador paulista disse também que o capex (despesa de capital) da Sabesp para 2025 já está sendo preparado e que “muita coisa já foi contratada”. “Isso nos dá conforto para fazermos um capex de R\$ 10 bilhões a R\$ 11 bilhões em 2025”, disse. Ele observou ainda que um capex conforme o previsto para a Sabesp até 2029 não se constrói da noite para o dia. Estão previstos investimentos de R\$ 68 bilhões até 2029.

Tarcisio disse ainda que o cronograma de investimento da companhia já foi estabelecido e que houve uma consulta aos municípios com os investimentos necessários. “O cronograma já está colocado. Quando a Equatorial tiver direitos políticos haverá uma Assembleia do Conselho e o time já está em campo”, afirmou.

A oferta da Sabesp teve como coordenador principal o BTG Pactual, em conjunto com Itaú BBA, Citi, Bank of America e UBS BB. Também participaram Bradesco BBI, Goldman Sachs, JPMorgan, Morgan Stanley, JSafrá, Santander e XP. / Matheus de Souza, Elisa Calmon, Cynthia Declodt e Altamiro Silva Junior

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 23/07/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

G20 CHEGA A ACORDO SOBRE COMBATE À DESIGUALDADE

Consenso surgiu depois de Brasil costurar proposta para excluir menções a conflitos geopolíticos das declarações do grupo

Por Paula Martini — Do Rio



Mauro Vieira: apelo para que países mobilizem recursos financeiros — Foto: Gabriel de Paiva/Agência O Globo

O G20, grupo de 19 potências econômicas mais União Europeia e União Africana, publicou nesta segunda-feira (22) a primeira declaração de consenso em nível ministerial desde o começo da guerra da Ucrânia, em fevereiro de 2022. O acordo foi formalizado no encontro de ministros de desenvolvimento do G20, que se reúnem desde ontem no Galpão da Cidadania, zona portuária do Rio.

O consenso foi possível graças à estratégia da presidência brasileira, que costurou um acordo com os demais integrantes do bloco para deixar os conflitos geopolíticos internacionais fora das declarações conjuntas dos grupos de trabalho do G20. A fórmula foi acertada na terceira reunião de sherpas (diplomatas que representam os chefes de Estado de cada país) em encontro no início deste mês.

Na ocasião, também ficou acertado que o Brasil passaria a emitir comunicados individuais sobre os conflitos globais em andamento, o que aconteceu no primeiro dia das reuniões ministeriais de Desenvolvimento. O texto divulgado pelo Brasil nesta segunda (22) diz que membros do G20 e



outros participantes expressaram suas perspectivas sobre o conflito entre Rússia e Ucrânia e a situação na Faixa de Gaza e que a discussão será tratada entre os sherpas até a Cúpula de Chefes de Estado, em novembro.

“Alguns membros e outros participantes consideraram que essas questões têm impacto na economia global e devem ser tratadas no G20, enquanto outros não acreditam que o G20 seja fórum para discuti-las”, diz trecho do informe. Na declaração conjunta ministerial, os países reconhecem que a desigualdade dentro e entre os países está na raiz da maioria dos desafios abordados pela Agenda 2030. Eles também se comprometem a colocar o desenvolvimento sustentável no centro da agenda de cooperação internacional.

O encontro ministerial de desenvolvimento é co-presidido pelos ministros brasileiros das Relações Exteriores, Mauro Vieira, das Cidades, Jader Barbalho Filho, e do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Fontes do Itamaraty disseram que a retomada de declarações em nível ministerial é essencial pois permite detalhar as discussões de cada área, além de guiar a declaração dos chefes de Estado, em novembro. Na abertura da reunião, Vieira agradeceu às delegações pela colaboração na construção do documento. Disse que o Brasil escolheu como prioridades do grupo de trabalho de desenvolvimento o acesso universal à água e ao saneamento básico, a redução das desigualdades e a cooperação trilateral para o desenvolvimento.

Ao afirmar que o Brasil quer aperfeiçoar a coordenação das fontes de financiamento internacional para enfrentar as desigualdades no G20, Vieira fez um apelo aos demais países do grupo: “Se queremos alcançar as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é imprescindível que os países tenham em vista a necessidade da mobilização ativa de recursos financeiros internacionais. Faço um apelo para que os países empreendam esforços para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos mecanismos que viabilizem esses recursos”.

Na reunião, os ministros de Desenvolvimento também chancelaram o texto do “Chamado à Ação do G20 sobre o Fortalecimento dos Serviços de Água Potável, Saneamento e Higiene”. A universalização do saneamento básico e de água potável, um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas a serem atingidos até 2030, pautou o primeiro dia de discussões. A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse que o Brasil ainda tem 32 milhões de pessoas sem água tratada e 90 milhões sem tratamento de esgoto. “O atingimento da agenda pactuada para 2030, exige priorização política e mobilização conjunta dos setores, não só dos órgãos públicos, mas do setor privado e da sociedade civil em nível nacional e internacional.” O ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho, disse que estudo mostrou ser preciso investimentos de US\$ 100 bilhões para reverter o déficit de saneamento básico no Brasil.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/07/2024

SERVIDORES DE AGÊNCIAS REGULADORAS RECUSAM PROPOSTA DO GOVERNO E ANUNCIAM GREVE POR 48 HORAS

Os servidores também definiram a realização de uma ação nos aeroportos de todos os Estados entre terça-feira (23) e quinta-feira (25), o que pode afetar a malha área no país

Por Fernando Narazaki, Folhapress — São Paulo

O Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências) anunciou nesta segunda-feira (22) que os servidores rejeitaram a proposta feita pelo governo, com 99% dos votos em assembleia realizada nesta noite.

Além disso, o sindicato divulgou que foi aprovada, com 92% dos votos, uma greve geral da categoria, por 48 horas, entre os dias 31 de julho e 1º de agosto.

“Servidores de todas as 11 agências reguladoras deverão interromper a prestação de serviços importantes para o funcionamento da economia, como o controle e fiscalização em portos,

aeroportos, o abastecimento de energia elétrica e água, bem como demais serviços regulados e fiscalizados pelas agências reguladoras", disse o Sinagências.

Os servidores também definiram a realização de uma ação nos aeroportos de todos os Estados entre terça-feira (23) e quinta-feira (25), com a intensificação do Procedimento de Limpeza e Desinfecção de Aeronaves (PLD), o que pode afetar a malha área no país.

De acordo com o Sinagências, o governo propôs reajuste de até 21,4% para os cargos de carreira e de até 13,4% para quem está no Plano Especial de Cargos (PEC). O pagamento seria dividido em duas parcelas: janeiro de 2025 e abril de 2026. "Essa proposta não resolve as distorções remuneratórias internas à categoria e externas em relação às demais categorias típicas de Estado", afirmou o sindicato.

O sindicato representa os trabalhadores das seguintes agências:

- Anvisa (Agência Nacional Vigilância Sanitária)
- Anac (Agência Nacional de Aviação Civil)
- Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações)
- ANM (Agência Nacional de Mineração)
- ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar)
- ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres)
- ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico)
- Ancine (Agência Nacional do Cinema)
- Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica)
- ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil)
- Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários)

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/07/2024

BRASIL QUER COORDENAR FINANCIAMENTO INTERNACIONAL PARA COMBATER DESIGUALDADES, DIZ MAURO VIEIRA

Ministro das Relações Exteriores participou da programação vespertina do evento paralelo ao G20, "Estados do Futuro", na sede da Ação da Cidadania, zona portuária do Rio

Por Paula Martini, Valor — Rio



Abertura da reunião Ministerial de Desenvolvimento do G20, com Mauro Vieira e Simone Tebet — Foto: Gabriel de Paiva/ Agência O Globo

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou, nessa segunda-feira (22), que o Brasil quer aperfeiçoar a coordenação das fontes de financiamento internacional para enfrentar as desigualdades no G20 – grupo de 19 potências econômicas mais a União Europeia e União Africana.

"Estamos empenhados em aperfeiçoar a coordenação das fontes de financiamento internacional com as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento", disse.

Vieira participou da programação vespertina do evento paralelo ao G20, "Estados do Futuro", na sede da Ação da Cidadania, zona portuária do Rio. O evento começou de manhã, na sede do BNDES, no Centro.

O ministro destacou que o mundo enfrenta um momento de diversas crises "que se agravam mutuamente", e que a solução exige maior cooperação internacional. Segundo Vieira, a inflação alta

nos países ricos e o impacto nas taxas de juros e no investimento em economias em desenvolvimento estão entre os desafios mais urgentes a serem enfrentados.

"Para o Brasil, é preciso trazer de volta ao centro da agenda internacional a temática do desenvolvimento, nas suas dimensões social, econômica e ambiental", disse. Vieira também enfatizou o protagonismo dado à sociedade civil pela liderança brasileira do grupo de maiores economias do mundo.

Ele lembrou que o processo aberto e inclusivo de consultas da presidência brasileira do G20 culminará na Cúpula do G20 Social, um grande evento a ser realizado em novembro, no Rio, às vésperas da Cúpula de Chefes de Estado do G20.

"Na atual gestão, o Itamaraty retomou o apoio à participação da sociedade civil em grandes debates de política externa, como demonstram os Diálogos Amazônicos, a Cúpula Social do Mercosul e os diversos grupos de engajamento do G20."

Pela manhã, o ministro participou da abertura da reunião ministerial do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do G20 ao lado dos ministros do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e das Cidades, Jader Filho.

O objetivo do encontro, segundo ele, é construir uma agenda de desenvolvimento e de redução da desigualdade no G20, além de refletir sobre a importância e a centralidade das capacidades estatais para impulsionar o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/07/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MPOR PROJETA PARA 2025 CONCESSÃO DO MADEIRA E DERROCAMENTO DO PEDRAL DO LOURENÇO

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 23/07/2024 - 19:20



Arquivo/Divulgação

Ministério de Portos e Aeroportos espera lançar edital do Madeira ainda em 2024 para realizar licitação no começo do próximo ano, ao longo do qual futuro concessionário deverá realizar dragagem. Pasta também aguarda, para outubro próximo, resposta do Ibama sobre derrocamento do Pedral do Lourenço

O secretário nacional de hidrovias e navegação do Ministério de Portos e Aeroportos (SNHN/MPor), Dino Batista, disse, na última segunda-feira (22), que a pasta tem expectativa de abrir, até o final deste ano, o edital para a concessão do Rio Madeira. A meta projetada visa a realização da licitação no começo de 2025, permitindo que o futuro concessionário inicie a execução da dragagem na hidrovia no mesmo ano. O secretário explicou que os estudos do processo do Madeira, que foram finalizados e encaminhados ao ministério em junho, atualmente se encontram na etapa de 'alinhamento político'.

Ele lamentou as críticas de alguns segmentos à possibilidade de concessão hidroviária, segundo ele, sem argumentos técnicos e antes da discussão em audiência pública ser aberta. Para Batista, é fundamental que o assunto seja discutido. Ele comparou que também houve muitas críticas ao conceito de concessão na época dos primeiros processos do setor aeroportuário que, hoje, foram superadas.

“Precisamos colocar em discussão, só que para isso precisamos fazer alguns alinhamentos políticos necessários. Qualquer projeto inovador tem algum ruído e não podemos deixar que esses ruídos atrapalhem o projeto e o andamento futuro”, comentou, na última segunda-feira (22), durante painel no evento Norte Export.

A concessão do Madeira será a primeira de uma hidrovia no país. O escopo da concessão da hidrovia abrange uma extensão de 1.075 quilômetros de Porto Velho (RO) até a foz do Rio Amazonas, com largura média de 1 quilômetro com baixa declividade. O prazo contratual previsto é de 12 anos, com receita total estimada em R\$ 700 milhões e investimentos da ordem de R\$ 109 milhões. A data-base dos estudos no processo é outubro de 2023.

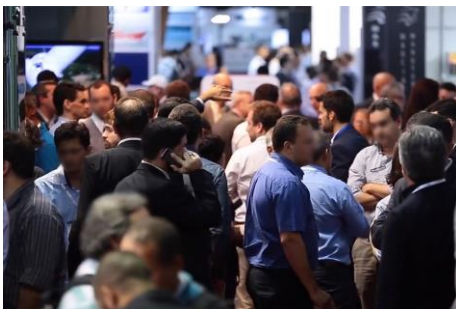
Na ocasião, Batista acrescentou que o Ministério de Portos e Aeroportos espera que, até outubro próximo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) conclua a análise e devolva o processo para que a liberação para a derrocagem do Pedral Lourenço, no Rio Tocantins, avance. “Conseguimos desenvolver, por meio do DNIT [Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes], uma boa interlocução com os técnicos Ibama. Tendo a devolutiva do Ibama em outubro, observando todos os estudos entregues pelo DNIT relacionado ao Pedral, entendemos que vai permitir termos uma obra a partir do ano que vem”, disse Batista.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/07/2024

RETOMADA DA INDÚSTRIA NAVAL É TEMA DA NAVALSHORE 2024

Da Redação ESPECIAL NAVALSHORE 23/07/2024 - 19:47



Conferência e Ciclo de palestras somarão 48 apresentações em três salas simultâneas; fornecedores poderão agendar entrevistas com empresas na Rodada de negócios; 15 mil visitantes são aguardados

"Os novos desafios para a retomada da indústria naval - uma visão para as próximas décadas" será o tema central da 18ª Navalshore 2024 - Feira e Conferência da Indústria Marítima. O evento será realizado de 20 a 23 de agosto, no ExpoMag, no Rio de Janeiro.

O painel de abertura da conferência da Navalshore, no primeiro dia do evento, tratará do assunto que é foco de grupo de trabalho voltado à indústria naval, organizado pelo Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta-Média Complexidade Tecnológica do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

O governo federal está próximo de anunciar as primeiras medidas para o fomento à indústria naval, com foco na capacitação de mão de obra, fortalecimento da cadeia de fornecedores, investimentos em pesquisa, questões tributárias, compras públicas e mecanismos de financiamento. Estima-se que ao menos 16 estaleiros no país têm condições técnicas de disputar contratos para a construção de navios e embarcações de apoio offshore.

No último dia 11 de julho, entidades setoriais apresentaram ao governo um conjunto de propostas com o objetivo de aumentar a participação da indústria local de bens e serviços no setor de petróleo e gás natural. A ideia é garantir conteúdo local mínimo que dê segurança aos investimentos. O Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), a Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi) e a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) reafirmaram a necessidade de uma política de conteúdo local previsível e juridicamente estável para atrair investimentos e utilizar a capacidade ociosa da indústria nacional.

O painel terá a participação da Transpetro, Sinaval, Câmara Setorial de Equipamentos Navais, Offshore e Onshore (CSENO) da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos



(Abimaq), deputado Alexandre Lindenmeyer – presidente da Frente Parlamentar da Indústria Naval, Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

No segundo dia da Navalshore, a "Formação e disponibilidade da mão de obra marítima - demanda atual e futura" e a "Transição energética na indústria marítima" serão temas dos dois painéis da conferência.

O terceiro dia da conferência, sob a curadoria do Cluster Tecnológico Naval do Rio de Janeiro, terá como painéis "Planejamento espacial marinho: conectando ciência, política e comunidade" e "Descomissionamento: reciclagem, alternativas offshore e infraestrutura marítima".

Ao todo, serão 25 palestrantes. Os painéis reunirão as entidades mais representativas da indústria marítima, o setor empresarial e o poder público.

Além dos painéis, haverá duas palestras especiais: A Transpetro fará um comunicado no primeiro dia, seguida da palestra "Perspectivas de renovação da frota pesqueira no país", pela Secretaria Nacional da Pesca Industrial, Amadora e Esportiva, – Ministério da Pesca e Aquicultura.

Ciclo de palestras

Além da conferência, a Navalshore promoverá mais uma vez seu Ciclo de Palestras, com 23 palestrantes apresentando inovações tecnológicas, além de produtos e serviços para o setor naval. No total, serão três salas com programações paralelas e simultâneas.

Rodada de negócios

Nos dois primeiros dias da Navalshore, fornecedores terão a oportunidade de apresentarem seus produtos e serviços a cinco empresas-âncora em entrevistas pessoais durando 15 minutos. São elas a Transpetro, o Estaleiro Enseada, a Emgepron, Estaleiro São Miguel e Estaleiro Dock Brasil. O agendamento estará disponível a partir de segunda-feira no site da Navalshore.

A Navalshore 2024 tem o patrocínio Master da Transpetro.

Serviço

A Navalshore é realizada pela Navalshore Organização de Eventos e tem a Portos e Navios como mídia oficial.

Informações: <https://www.navalshore.com.br/pt/servicos/contato>

Local: ExpoMag, Rio de Janeiro

Horário: 13h às 20h

Website: <https://www.navalshore.com.br/pt/>

Visitação gratuita: <https://www.inscricaoeletronica.app.br/navalshore2024/>

O acesso à conferência e ao Ciclo de palestras é gratuito. É necessário obter o credenciamento de visitante pelo site da Navalshore.

Conferência - programação completa em <https://www.navalshore.com.br/pt/conferencia-2024/conferencia-2024-oficial>

Ciclo de palestras - programação completa em <https://www.navalshore.com.br/pt/conferencia-2024/ciclo-de-palestras-2024>

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/07/2024

PPG VAI APRESENTAR INOVAÇÕES SUSTENTÁVEIS NA NAVALSHORE 2024

Por Lorena Parrilha Teixeira ESPECIAL NAVALSHORE 23/07/2024 - 19:33



Divulgação/PPG

O novo portfólio anti-incrustante, que consegue reduzir até 35% das emissões de carbono, será exibido entre os dias 20 e 22 de agosto, no Rio de Janeiro.

A PPG, fabricante global de tintas, revestimentos e materiais especiais, estará presente na Navalshore 2024, destacando suas soluções para o setor marítimo. Denyson Brenha, Gerente de Negócio de Protetivas e

Marítimas da PPG, compartilhou as expectativas e novidades da empresa para o evento.

"A Navalshore é o evento de maior relevância no setor marítimo no Brasil. Além da importante exposição de marca, é uma oportunidade de mostrarmos nossas tecnologias inovadoras e com atributos de sustentabilidade, bem como nos consolidamos como o principal fornecedor de tintas marítimas no país," afirmou Brenha.

A empresa acredita que o cenário atual do setor naval e offshore no Brasil é promissor, especialmente com a crescente demanda por tecnologias mais sustentáveis. O gerente explicou que desde janeiro de 2023, todos os navios devem calcular seu índice individual de eficiência energética (EEXI) e produzir um relatório anual de intensidade de carbono operacional (CII), conforme exigências da IMO (International Maritime Organization).

"Soluções que possam apoiar proprietários e operadores a cumprirem essas metas serão bem-vindas. A Navalshore, por sua relevância e por reunir todos os stakeholders do setor, é uma plataforma importante para mostrar as tecnologias alinhadas com as necessidades do mercado," comentou Brenha.

Em termos de investimentos, a PPG destacou um aporte global de 430 milhões de dólares em Pesquisa & Desenvolvimento em 2023, com foco em inovação e sustentabilidade. Além disso, explicou que novas tecnologias foram lançadas nos últimos anos, como o PPG SIGMAGLIDE 2390, que aumenta o desempenho e ajuda a reduzir o consumo de energia e as emissões das embarcações.

Na Navalshore, a PPG vai promover seu portfólio anti-incrustante, incluindo a nova geração da linha PPG SIGMAGLIDE e PPG SIGMA SAILADVANCE que apoia os proprietários e operadores de navios a reduzirem o consumo de energia e as emissões de carbono. Este revestimento é baseado na tecnologia PPG HYDRORESET, que cria uma superfície super lisa, quase livre de fricção, na qual os organismos marinhos não reconhecem e, portanto, não aderem ao casco. Além disso, permite que as embarcações mantenham o casco limpo e reduzam o arrasto, obtendo economia de energia de até 20% e uma redução nas emissões de CO2 em até 35%.

A PPG também levará o PPG SIGMA SAILADVANCE, desenvolvido para proporcionar ao casco das embarcações máxima proteção contra a incrustação, reduzindo a emissão de CO2 e promovendo maior eficiência energética. A principal mensagem da PPG na Navalshore é a oferta de soluções em tintas e revestimentos para todas as necessidades da indústria marítima

"Quando falamos de indústria naval, somos especialmente reconhecidos por nossas linhas de produtos anti-incrustantes, que proporcionam grande economia de combustível e ajudam as embarcações a se manterem dentro das novas classificações da IMO (CII e EEXI)," concluiu Brenha.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/07/2024

HIDROVIA DO RIO TOCANTINS AVANÇA COMO PRIORIDADE NACIONAL DE LOGÍSTICA E SUSTENTABILIDADE

Da Redação NAVEGAÇÃO 23/07/2024 - 19:33



O Governo Federal incluiu as concessões dos rios Tocantins e Madeira no Programa de Parcerias de Investimento (PPI). A Hidrovia do Rio Tocantins, com 1.731 km de extensão, se destaca entre os empreendimentos prioritários da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). Com início dos estudos de viabilidade anunciado nesta segunda-feira (22), o projeto promete uma infraestrutura robusta para o transporte de grãos, minério de ferro, granéis líquidos e cargas containerizadas.

“O Rio Tocantins é importantíssimo do ponto de vista socioeconômico. Com a concessão será possível desenvolver uma infraestrutura logística para transporte de grãos, minério de ferro, granéis líquidos, cargas containerizadas, entre outras cargas”, destacou Eduardo Nery, diretor-geral da ANTAQ

Paralelamente, a Hidrovia do Rio Madeira, que abrange 1.075 km, também avança com investimentos previstos de R\$109 milhões. A concessão inclui serviços de dragagem, derrocagem, balizamento e sinalização, essenciais para o escoamento de grãos de Mato Grosso e Rondônia. O transporte de passageiros será gratuito, com tarifas aplicadas apenas à movimentação de cargas.

O governo federal, pela primeira vez, está desenvolvendo projetos hidroviários significativos, fortalecendo este modal para o escoamento da produção agrícola e contribuindo para a agenda ambiental do país. Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, "isso vai melhorar o escoamento da nossa produção e fortalecer a agenda ambiental".

O Rio Tocantins, em particular, possui um potencial de movimentação superior a 20 milhões de toneladas por ano. As obras incluem o derrocamento do Pedral do Lourenço, executado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), que está em fase de licenciamento ambiental, assegurando que as comunidades ribeirinhas sejam beneficiadas.

Com a ampliação das atividades comerciais e os investimentos previstos, a Hidrovia do Rio Tocantins vai atender cerca de 10 milhões de pessoas que poderá aumentar depois nos próximos anos após investimentos e expansão das atividades comerciais.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/07/2024

CAMORIM ANUNCIA NOVO CONTRATO COM PETROBRAS PARA OPERAÇÃO DE EMBARCAÇÃO DE HOTEL FLUTUANTE EM CONSÓRCIO COM GRANENERGIA

Da Redação NAVEGAÇÃO 23/07/2024 - 19:34



A Camorim, em parceria com a GranEnergia, acaba de firmar um novo contrato com a Petrobras para a operação da embarcação Sayan Polaris. A partir de julho de 2024, a Sayan Polaris atuará como uma unidade de acomodação e de transferência de pessoal para as unidades da Petrobras, com um contrato avaliado em aproximadamente USD 60 milhões e com duração de dois anos.

A Sayan Polaris, construída pela Tersan Shipyard na Turquia e entregue em 2018, é uma embarcação do tipo Multi Purpose Support Vessel (MPSV) com design VS 4530, sistema de posicionamento dinâmico DP-2, comprimento total de 89,10 metros, boca de 22,0 metros, motorização Wartsila e capacidade para acomodar até 100 pessoas. O contrato inclui a operação da embarcação equipada com uma gangway (passarela) dotada de sistema de

compensação ativa (AHC), permitindo a conexão segura com unidades flutuantes, em um escopo batizado de walk-to-work (W2W) pela Petrobras.

Inicialmente, a embarcação W2W atenderá a plataforma P-54, localizada no campo de Roncador, na Bacia de Campos. Além deste contrato, a Camorim está em fase de mobilização para mais dois novos contratos com a Petrobras ainda em 2024, envolvendo embarcações de grande porte do tipo OSRV e PSV 4500, reafirmando sua posição de destaque no mercado offshore.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/07/2024

NOVO NAVIO LOG-IN 'EXPERIENCE' CHEGA AO BRASIL PARA REFORÇAR A FROTA DA EMPRESA

Por Lorena Parrilha Teixeira NAVEGAÇÃO 23/07/2024 - 19:35



Divulgação/Log-in

A Log-In - Logística Intermodal S.A. anunciou nesta terça-feira (23) a chegada ao Brasil do seu mais novo porta-contêiner, o Log-In "Experience", com capacidade nominal de 3.158 TEUs. Encomendado em 2021 e com um investimento de US\$ 42,6 milhões, o navio foi construído no estaleiro chinês Zhoushan Changhong International Shipyard Co. A embarcação possui 199,98 metros de comprimento e 35,2 metros de largura.

A capacidade efetiva projetada de transporte da embarcação é, aproximadamente, 25% maior do que a capacidade do Log-In "Polaris", o navio mais moderno da companhia. Entre as inovações do novo navio estão catalizadores para redução de óxidos de nitrogênio (NOx), sistema de recuperação de calor dos gases de descarga com geração de energia mais eficiente, monitoramento remoto dos dados do maquinário e navegação, lâmpadas LED, pintura do casco com redução de atrito e alta durabilidade, e motores elétricos com inversores de frequência.

A nova embarcação entrará em operação ainda este mês, substituindo o navio afretado MSC Belmonte III no serviço de Cabotagem e do Mercosul, conhecido como Serviço Atlântico Sul (SAS).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/07/2024

KOMEA SE TORNA A NOVA ASSOCIADA DA ABEEMAR

Por Lorena Parrilha Teixeira INDÚSTRIA NAVAL 23/07/2024 - 19:36



Divulgação/SINAVAL

A parceria busca trazer tecnologia sul-coreana avançada para fortalecer a indústria naval brasileira

O Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval) anunciou a parceria com a Korea Marine Equipment Association (Komea), a mais nova associada da Associação Brasileira das Empresas de Engenharia Naval (Abeemar). A Komea, principal associação de estaleiros e

fornecedores de máquinas e equipamentos navais e de petróleo e gás da Coreia do Sul, já possui uma estrutura consolidada em mercados estratégicos como Estados Unidos, China, Cingapura, Arábia Saudita, Grécia e Rússia, e agora expande sua atuação no Brasil.

"O Brasil tem uma grande necessidade de reconstrução e industrialização para atender demandas internas e se tornar autossuficiente. Com uma riqueza natural vasta e uma força de trabalho robusta, é essencial utilizar esses recursos de maneira eficiente e em prol da economia e sociedade," afirmou



Yoon Ho Seo (Gustavo), representante chefe da Komea Brasil, sobre a importância estratégica do Brasil para a Komea.

O objetivo da parceria é promover e expandir a relação entre Brasil e Coreia do Sul, aproveitando os recursos e ferramentas disponíveis para fortalecer a indústria local. A associação sul-coreana planeja trazer o conhecimento e a tecnologia avançada da Coreia do Sul para o Brasil, fortalecendo a cadeia de suprimentos local e gerando desenvolvimento tecnológico.

Yoon Ho Seo (Gustavo) destacou que a Coreia do Sul foi um país subdesenvolvido no passado, mas com esforço conseguiu se tornar uma das maiores potências econômicas do planeta. Atualmente, o país é líder mundial em tecnologia de construção naval e possui os maiores estaleiros do mundo, como HD Hyundai Heavy Industries, Samsung Heavy Industries e Hanwha Ocean, além de estaleiros de médio e pequeno porte com tecnologia avançada e construção de classe mundial.

O representante da associação no Brasil comparou a indústria naval brasileira a um computador antigo que precisa ser formatado e reiniciado. As necessidades e capacidades existem, mas muitas vezes não se sabe por onde começar. Ele acredita que a Komea e a indústria sul-coreana, através da alta tecnologia, engenharia e modelos de negócios, podem contribuir para a construção de uma indústria brasileira mais sólida e de longo prazo.

"Com nosso histórico de desenvolvimento e liderança mundial em tecnologia de construção naval, queremos contribuir para a construção de uma indústria naval brasileira mais sólida e de longo prazo," comentou Yoon Ho Seo (Gustavo).

Entre os projetos já discutidos, destaca-se a criação de comitês de empresas, profissionais e autoridades de ambos os países para visitas mútuas durante feiras e conferências. Feiras como a Navalshore e a Rio Oil & Gas no Brasil e a Kormarine na Coreia do Sul, organizada pela Komea, são vistas como oportunidades para intercâmbio de conhecimentos e tecnologias. Além disso, a criação de um instituto de pesquisa e desenvolvimento de equipamentos marítimos no Brasil, com suporte coreano, está sendo estudada.

"Desta vez, através da associação da Komea à Abeemar, gostaríamos de fazer diferente. Com profissionais capacitados de ambas as partes e uma comunicação mais interativa, acessível e facilitada pela língua portuguesa, buscaremos tomar a indústria coreana como referência e implantar as práticas na indústria brasileira de forma customizada. Nem tudo da Coreia funciona no Brasil. Precisamos montar uma indústria forte e com tecnologia específica de acordo com as necessidades e demandas do mercado local." concluiu Yoon Ho Seo (Gustavo).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/07/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 23/07/2024